

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE ACADÊMICA DE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSÉ DANIEL BEZERRA DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DE BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO
RESULTADO DO EXERCÍCIO COMO FERRAMENTA PARA TOMADA DE
DECISÃO E PREVISÃO DE SOLVÊNCIA**

Santana do Ipanema

2015

JOSÉ DANIEL BEZERRA DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DE BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO
RESULTADO DO EXERCÍCIO COMO FERRAMENTA PARA TOMADA DE
DECISÃO E PREVISÃO DE SOLVÊNCIA**

Monografia apresentada para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão como requisito final de obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus Sertão - Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema.

Orientador: Prof. MSc. Alcides José de Omena Neto.

Santana do Ipanema

2015

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Santana do Ipanema
Bibliotecária Responsável: Rafaela Lima de Araújo

N244

Nascimento, José Daniel Bezerra do.

Análise de balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício como ferramenta para tomada de decisão e previsão de solvência / José Daniel Bezerra do Nascimento.

60 f.:il.

Orientador: Alcides José de Omena Neto.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis), Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2015.

Bibliografia: f. 58-60.

1. Tomada de decisão. 2. Análise das demonstrações. 3. Solvência.
I. Título.

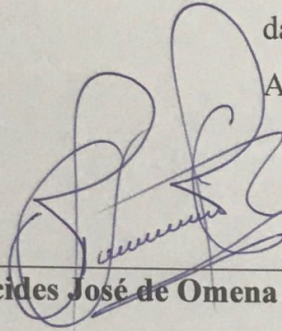
CDU: 657

Folha de Aprovação

JOSÉ DANIEL BEZERRA DO NASCIMENTO

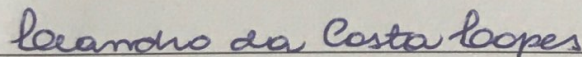
Análise de Balaço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício como ferramenta para tomada de decisão e previsão de solvência, do Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas e Aprovado em 28 de janeiro de 2015.

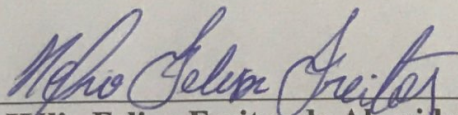


Msc. Alcides José de Omena Neto, UFAL, Orientador.

Banca Examinadora:



Msc. Leandro da Costa Lopes, UFAL, Examinador.



Esp. Hélio Felipe Freitas de Almeida Silva, UFAL, Examinador.

A minha família (pais, irmãos e demais), em especial a minha esposa Juliana da Paz Veríssimo e nossos filhos a quem quero dedicar todas as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois Ele é o senhor de tudo e a quem deposito toda minha confiança.

Aos meus pais, pela moral transmitida e pelos seus esforços em me dar educação mesmo com as dificuldades.

A minha esposa Juliana que me ajudou nessa jornada, amiga e companheira de todas as horas.

Ao meu orientado, professor Msc. Alcides José de Omena Neto, pela confiança depositada na produção deste trabalho e pelas ideias transmitidas que certamente levarei para vida.

A todos os professores que passaram pela minha vida e formação, pois o homem é construído desde o seio materno, em especial os docentes da UFAL, que de forma direta ou indireta me ajudaram nesta etapa tão importante.

Ao meu amigo Cleviton Vilar Firmino da Silva, por muito ter mim ajudado, pela força e presença em todos os momentos da formação acadêmica.

A todos os discentes da primeira turma de Ciências Contábeis da UFAL Sertão em especial Hosana Regina, Janieide Domingos, Julio Neto e Marcos Roberto, pela amizade, pelos desafios vencidos juntos na graduação.

Meu muito obrigado.

O homem que não busca colocar em prática
suas ideias é um homem sem alma.
(José Daniel B. do Nascimento)

RESUMO

O presente trabalho verifica quais os benefícios da análise de Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), se a análise pode revelar tendências que auxiliem na tomada de decisão. Para tal, faz uma breve exposição da Contabilidade, suas demonstrações e obrigatoriedade das empresas em fazê-las. Expõem algumas técnicas de análise, entre elas modelos de previsão de insolvência desenvolvidos por Kanitz (1978) e Silva (1988). A metodologia empregada consta de pesquisa bibliográfica, documental e quantitativa, utiliza o método estudo de caso, tomando como exemplo o BP e DRE publicados na internet da Indicefor S.A (nome fictício) dos anos 2010 e 2011. Com base no estudo de caso verificou-se que a empresa estudada encontrava-se em situação econômico-financeira boa e, portanto solvente. Como resultados percebe-se que a análise do BP e DRE proporciona informações econômicas e financeiras do tipo: capacidade de honrar seus compromissos, características de suas obrigações, grau de endividamento, prazos referentes aos pagamentos de compras e recebimentos de vendas, lucratividade da empresa, retorno dos investimentos por parte dos proprietários e da empresa, Situação econômico-financeira e suas causas de alterações, Avaliação de alternativas econômico-financeiras futuras, além da situação de solvência ou insolvências das empresas. Que são de fundamental importância para atender as necessidade de controle e auxiliar na tomada de decisões mais precisas.

Palavras-chave: Tomada de decisão. Análise das demonstrações. Solvência.

ABSTRACT

This study finds that the benefits of balance sheet analysis (BP) and the Income Statement (DRE), the analysis can reveal trends to assist in decision making. To this end, a brief exposure of Accounting, their statements and requires companies to do them. Expose some analysis techniques, including failure prediction models developed by Kanitz (1978) and Silva (1988). The methodology consists of bibliographies, document and quantitative research study uses the case method, using the example of BP and DRE published on the internet the Indicefor SA (real name) the years 2010 and 2011. Based on the case study been found that the company studied was in good economic and financial situation and therefore solvent. As a result it can be seen that the analysis of BP and DRE provides economic and financial information such as: ability to honor its commitments, characteristics of their obligations, indebtedness, terms relating to purchases of payments and sales receipts, the company's profitability, return on investments by owners and the company, economic and financial situation and its causes changes, evaluation of future economic and financial alternatives, beyond the solvency or insolvency of companies. Which are of fundamental importance to meet the need for control and assist in making more accurate decisions.

Keywords: Decision making. Review of statements. Solvency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Termômetro de Kanitz	49
Figura 02 – Escala para o Modelo de Silva	51
Figura 03 – Resultados Modelo de Silva	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios Contábeis Geralmente Aceitos	25
Quadro 2 – Balanço Patrimonial	32
Quadro 3 – Demonstração do Resultado do Exercício	38
Quadro 4 – Índices de Liquidez.....	55
Quadro 5 – Índice de Endividamento	56
Quadro 6 – Índices de Atividade	58
Quadro 7 – Índices de Rentabilidade.....	59
Quadro 8 – Modelo de Kanitz	61
Quadro 9 – Modelo de Silva.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Balanço Patrimonial	53
Tabela 2 – Demonstração de Resultado de Exercício	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
ANC	Ativo Não Circulante
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DLPA	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
EPP	Empresas de Pequeno Porte
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IASB	International Accounting Standards Board
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IFRS	International Financial Reporting Standards
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto Sobre Produtos
ISS	Impostos Sobre Serviços
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LS	Liquidez Seca

ME	Microempresas
PC	Passivo Circulante
PCT	Participação de Capital de Terceiros
PL	Patrimônio Líquido
PMPC	Prazo Médio de Pagamento de Compras
PMRE	Prazo Médio de Renovação de Estoque
PMRV	Prazo Médio de Recebimento de Vendas
PNC	passivo não Circulante
RPL	Retorno Sobre o Patrimônio Líquido
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TIR	Taxa de Retorno sobre Investimento
TRPL	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Justificativa	18
1.2 Metodologia	19
1.2.1 Tipo de Pesquisa.....	19
1.3 Problema	21
1.4 Objetivos	22
1.4.1 Objetivo Geral	22
1.4.2 Objetivos Específicos	22
1.5 Delimitação da Pesquisa	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Contabilidade	23
2.1.1 Demonstrações Contábeis.....	26
2.1.2 Obrigatoriedade	27
2.1.3 Principais Demonstrações.....	30
2.2 Balanço Patrimonial (BP)	30
2.2.1 Ativo	33
2.2.1.1 Ativo Circulante (AC)	33
2.2.1.2 Ativo Não Circulante (ANC).....	34
2.2.2 Passivo.....	35
2.2.2.1 Passivo Circulante (PC).....	35
2.2.2.2 Passivo Não Circulante (PNC)	36
2.2.3 Patrimônio Líquido (PL)	36
2.3 Demonstração do Resulta do Exercício (DRE)	37
2.4 Análise das Demonstrações Contábeis	39
2.4.1 Técnicas de Análise	41
2.4.1.2 Índices Padrão	47
2.4.1.3 Análise Discriminante	48
3 ESTUDO DE CASO	52
3.1 Balanço Patrimonial	53
3.2 Demonstração do Resultado do Exercício	54
3.3 Análise dos Índices de Liquidez	55
3.4 Análise dos Índice de Endividamento	56

3.5 Análise dos Índice de Atividade	58
3.6 Análise dos Índices de Rentabilidade	59
3.7 Modelo de Previsão de Insolvência	60
3.7.1 Modelo de Kanitz	60
3.7.2 Modelo de Silva.....	61
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64

1 INTRODUÇÃO

A constituição de uma empresa traz imensas responsabilidades e desafios para o administrador, pois ele terá que enfrentar os concorrentes e a burocracia da legislação. A maior parte das pequenas e médias empresas é constituída e administrada por pessoas que tem apenas o ensino médio (SEBRAE, 2013), o que pode levar ao desconhecimento da importância da utilização das informações contábeis, podendo ter dificuldades em analisar os dados contábeis, além da falta de conhecimento em administração, o que compromete o planejamento do rumo financeiro da empresa, podendo levar a sua liquidação.

O surgimento de uma empresa, na maioria das vezes, pode se dar pela falta de trabalho no mercado ou de modo geral para atender as necessidades do empreendedor, ou seja, as pessoas abrem uma pequena empresa na esperança que ela consiga gerar sua própria renda (SEBRAE, 2013). O mercado é dinâmico e várias mudanças ocorrem nesse meio, por isso, as empresas e as pessoas envolvidas precisam acompanhar as novas exigências para conseguir se manter no mercado e concorrer de forma igualitária com as outras empresas.

A empresa precisa constantemente de informações sobre seu desempenho interno e externo, ou seja, o administrador precisa saber se os planos que foram pré-estabelecidos no início de suas atividades estão viabilizando atingir os objetivos, bem como, a satisfação dos seus clientes e do governo.

A cada dia a necessidade por informações que possam auxiliar o gestor na tomada de decisão tem se tornado fundamental para o crescimento de uma empresa. Todos os atos praticados têm resultados, e estes por sua vez, precisam passar por avaliações de desempenho periodicamente. Com o avanço das Ciências Contábeis têm surgido diversas ferramentas que avaliam o desenvolvimento da empresa. As informações geradas por métodos contábeis de análise permitem identificar se os objetivos da empresa foram alcançados e em que situação a empresa se encontra.

As demonstrações contábeis são ricas em informações, cabe ao gestor e/ou Empreendedor saber extraí-las e, com elas, tomar decisões que venham a favorecer o crescimento da empresa. A análise dessas demonstrações é de grande valia para os gestores, pois é com essa ferramenta que eles podem viabilizar outros investimentos e prever possíveis crises. As instituições Financeiras têm feito uso da Análise das Demonstrações Contábeis, para saber se uma empresa que está necessitando de empréstimo tem condições de honrar com tal compromisso.

A análise das demonstrações feita em conjunto com o teste de solvência evidencia até que ponto a empresa pode chegar operando da forma em que se encontra. Esse tipo de informação é de grande importância para o empresário, pois ele poderá prever ou até mesmo evitar uma possível falência.

Diante disso, este trabalho tem por finalidade abordar a Análise dos Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício em conjunto com Testes de Solvência desenvolvido por Kanitz (1978) e Modelo de Silva (1988), tomando como exemplo prático as citadas demonstrações da Indicefor S.A.(nome fictício), extraídas da internet, a fim de evidenciar a situação econômico-financeira e qual a situação de solvência ou insolvência que a entidade se encontra.

1.1 Justificativa

Tendo em vista a necessidade de maior controle e decisões mais precisas quanto à alocação de recursos que viabilizem melhores alternativas de investimentos e, conseqüentemente, um crescimento exponencial, independente do porte da empresa, é necessário ter o controle e saber como as decisões tomadas estão afetando a saúde financeira da empresa, para tanto o gestor precisa ter conhecimento de ferramentas gerenciais para facilitar a coleta e processamento das informações, em seguida, fazer uma avaliação de desempenho da gestão do negócio.

O Balanço Patrimonial é uma demonstração que tem por finalidade apresentar a situação da empresa em dado momento.

Segundo Franco (1980, p. 39).

Através do balanço patrimonial conhecemos todos os componentes da riqueza patrimonial, bem como suas origens e aplicações. Distinguimos nele cinco aspectos importantes: econômico, o financeiro, o patrimonial propriamente dito, o específico e o quantitativo.

A Demonstração do Resultado do Exercício, segundo Assaf Neto (2010) é a demonstração que mostra o resultado econômico obtido pela empresa no período, ou seja, o lucro ou prejuízo auferido pela empresa. Estes resultados são transferidos para contas do patrimônio líquido. “O Lucro (ou prejuízo) é resultado de receitas, custos e despesas incorridas pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência.” (ASSAF NETO, 2010, p. 64)

Para Franco (1980, p. 50):

É a mais importante demonstração da dinâmica patrimonial, pois mostra a receita bruta da entidade (vendas ou serviços prestados), o custo dessas receitas e demais despesas operacionais, evidenciando o lucro bruto e o lucro operacional. Demonstra, ainda, outras receitas e despesas não-operacionais, para evidenciar o lucro líquido do exercício.

Silva (2010, p. 75) ressalta que “é importante notar que, enquanto balanço patrimonial representa a posição da empresa em determinado momento, a demonstração do resultado acumula as receitas, os custos e as despesas relativas a um período de tempo, mostrando o resultado e possibilitando conhecermos seus componentes principais”.

Todas as empresas deveriam receber no final do mês o BP e DRE, e delas extrair informações úteis e que atenda suas necessidades. Na maioria das vezes, cabe ao gestor esse papel de extrair as informações e entendê-las, ou contratar um consultor para auxiliá-lo nessa tarefa e sugerir alternativas para melhor gerir seus recursos.

Segundo Iudícibus (2010), a contabilidade, atualmente, ainda não consegue fornecer demonstrativos de forma a atender as necessidades da maioria das pessoas que as utilizam, isso acaba dificultando a compreensão do pequeno empreendedor e com isso, a informação que ele possui acaba não tendo grande utilidade, haja vista a falta de conhecimento das ferramentas gerenciais. Cabe ao gestor buscar esse conhecimento das ferramentas gerenciais e perceber que a análise de Demonstrações Contábeis, tais como o BP e DRE, pode fazer a diferença em suas decisões.

Portanto, há a necessidade de explorar as contribuições que a aplicação da análise de demonstrações em conjunto com o teste de solvência pode influenciar em melhores decisões, dessa forma contribuir para o crescimento da empresa, bem como prever futuros cenários que possam causar sua liquidação.

1.2 Metodologia

1.2.1 Tipo de Pesquisa

Será realizado um estudo de caso com uma empresa comercial através da utilização de demonstrações contábeis, colhidas na internet, para conhecer quais os benefícios que a Análise de Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício em conjunto com

os modelos de Solvência: Termômetro de Kanitz e Modelo de Silva podem trazer para as empresas.

Serão utilizadas demonstrações contábeis da empresa Indicerfor S.A.(nome fictício) pertinentes aos anos de 2010 e 2011.

O presente trabalho será realizado através de pesquisa Dedutiva, pois partirá do geral para o específico, sendo também descritiva, quantitativa, bibliográfica e documental.

Segundo Beuren (2010), o ponto de partida da pesquisa dedutiva “(...) é a observação da realidade, ou a aceitação de certas proposições evidentes, princípios ou axiomas, para em seguida prosseguir por dedução ou indução, em virtude das exigências unicamente lógicas e racionais.”

A citada autora agrupa a metodologia de pesquisa em três categorias e seus subgrupos, a saber: Quanto ao Objetivo, que podem ser Exploratória, Descritiva e Explicativa; Quanto aos Procedimentos subdividem em: estudo de caso, pesquisa de levantamento, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa participante e a pesquisa experimental; Quanto a Abordagem do problema estes se dividem em pesquisa Qualitativa e Quantitativa.

No caso deste trabalho será classificado da seguinte forma:

Quanto ao objetivo

- Descritiva

Quanto aos procedimentos

- Estudo de Caso
- Documental e
- Bibliográfica

Quanto à abordagem do problema

- Quantitativa

As pesquisas descritivas achem-se em observar os fatos, registrá-los, analisa-los, classifica-los e interpretá-los, sem que o pesquisador interfira nos fatos que envolvem a pesquisa. Podem ser utilizados, por exemplo, em pesquisas contábeis que referentes à gestão das organizações, “[...] Neste tipo de pesquisa, normalmente ocorre o emprego de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais sofisticadas.” (BEUREN, 2010, p. 81).

A pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de único caso (BEUREN, 2010), permitindo assim, um detalhamento amplo do objeto estudado. Neste sentido nossa pesquisa se dará através do estudo das demonstrações da empresa Índicefor S.A.

Para Marconi e Lakatos (2010, p. 157) “pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentação, escritas ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” No caso deste trabalho serão usados como documentos as demonstrações contábeis da empresa em estudo.

Segundo Silva e Grigolo (2002) apud. Beuren (2010, p. 81), a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor, desta forma o pesquisador contribui com a comunidade científica através de seus trabalhos e possibilitando que outros pesquisadores possam no futuro explorar mais o tema.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 166) “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográficos etc.” Levando o pesquisador a ter contato e conhecimento sobre o que já foi escrito ou pesquisado, sobre determinado tema ou assunto.

Cervo e Bervian (1983, p.55) apud. Beuren, (2010, p. 81) define a pesquisa bibliográfica como a que:

“explica um problema a partir de referencial teórico publicados em documentos. Pode se realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema o problema.”

Pesquisa Quantitativa é aquela que no trato da coleta de dados, quanto de informações, os quantificam através do uso de técnicas estatísticas, da mais simples a mais complexa como percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Destaca ainda sua importância ao ter a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorção de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas. Assim, a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis de causalidade entre fenômenos. (BEUREN, 2010, p.93)

1.3 Problema

Com base no exposto nas linhas acima, este trabalho se propõe em responder a seguinte questão: **Quais os benefícios da utilização da Análise do BP e DRE e Teste de Solvência para a tomada de decisão em uma empresa?**

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Identificar os benefícios da utilização da Análise das Demonstrações Contábeis e do Teste de Solvência para a tomada de decisão em uma empresa.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Conhecer a importância da Análise das Demonstrações Contábeis no fornecimento de informações econômico-financeiras para prevenção de situações adversas que ameacem a continuidade da empresa;
- Calcular os Índices econômicos e financeiros da empresa estudada;
- Verificar se o uso dessas ferramentas proporcionam informações tempestivas para a tomada de decisões.

1.5 Delimitação da Pesquisa

A presente pesquisa se dará na análise do BP, DRE e em determinar a situação de solvência ou insolvência através do uso do modelo de Kanitz e o modelo de Silva, sendo desconsiderados outros métodos que permitam o alcance das mesmas informações, ainda que sejam relevantes para a identificação da solvência ou insolvência da entidade em estudo. Tratará de um estudo de caso da empresa Indicefor S.A. que publica suas demonstrações contábeis em atendimento a Lei nº 6.404/76. Serão utilizados os BP e DRE pertinentes aos anos de 2010 e 2011, dos quais serão coletados os dados para análise e interpretação, através de índices e os Modelos de previsão de Kanitz e Silva.

Apesar da empresa estudada publicar suas demonstrações contábeis, a razão social da empresa foi omitida, pois não é objetivo deste trabalho dar ênfase a situação em que a empresa se encontra, no entanto o objetivo é identificar os benefícios da utilização da Análise das Demonstrações Contábeis e do Teste de Solvência para a tomada de decisão em uma empresa, fazendo estas observações com dados reais, de modo a tornar a pesquisa mais prática, para que os resultados encontrados não sejam meramente acadêmicos.

Embora as Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequenas Porte (EPP) representem cerca de 99% das empresas brasileiras (SEBRAE, 2013), optou-se em escolher uma empresa

que publica suas demonstrações na internet, devido a dificuldade encontrada em obtê-las em Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte da região, esta dificuldade se dá pelo fato de que as empresa não se sentem confortáveis em expor seus números publicamente.

Devemos ressaltar que devido o sigilo profissional que deve ser prestado pelos profissionais de contabilidade, também deveríamos ter autorização expressa por empresas do tipo ME e EPP, o que tornaria a tarefa mais difícil. Toda via este estudo pode ser aplicado em outros tipos de empresas, que não sejam S.A, desde que suas demonstrações representem fidedignamente os fatos contábeis e sejam elaboradas conforme as normas e princípios contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

Para Franco (1980) A contabilidade é uma ciência formada por um conjunto de preceitos e normas próprias com a finalidade de estudar e controlar o patrimônio das entidades, a fim de fornecer informações sobre sua composição, ou seja, uma ciência que tem como objeto o Patrimônio. Para alcançar sua finalidade, utiliza-se dos registros de todos os fatos contábeis, sejam relacionados à formação, movimentação, ou variações patrimoniais. Utilizando-se como meios para alcançar sua finalidade técnicas próprias, que seriam: o Registro dos fatos (Escrituração); Demonstração expositiva dos fenômenos patrimoniais (Demonstrações contábeis); Confirmação dos registros e demonstrações contábeis (Auditoria) e Análise, comparação e interpretação das demonstrações contábeis (Análise das Demonstrações contábeis). Chegando ao seguinte conceito de contabilidade:

É a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos nele ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre sua composição e suas variações, bem como sobre os resultados econômicos decorrentes da gestão da riqueza patrimonial. (FRANCO, 1980, p. 21)

Por sua vez, Marion (2009, p. 32) nos diz que “a Contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem”, e surge da necessidade do homem controlar suas riquezas. Se o objeto da contabilidade é o patrimônio, podemos por assim dizer que conhecer a realidade patrimonial de uma entidade é essencial para evitar que futuramente a empresa possa entrar em descontinuidade.

Ainda Marion (2009, p. 25) diz que “A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões”. Fornecendo informações através da “coleta de todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo em forma de relatórios ou de comunicados, que contribui sobre maneira para a tomada de decisão”.

Segundo Silva (2010, p. 11): A contabilidade é tida como a linguagem dos negócios e está muito relacionada com a análise financeira. As demonstrações contábeis fornecidas pela contabilidade constituem importante grupo de informações que serão examinadas no processo de análise financeira.

A NBC- T- 1 aprovada pela Resolução CFC nº 785, de 28 de julho de 1995, *apud* Ribeiro (2010, p. 3) conceitua contabilidade da seguinte maneira:

A contabilidade, na sua condição de ciência social, cujo objeto é o patrimônio, busca por meio da apreensão, da quantificação, da classificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e relato das mutações sofridas pelo patrimônio da Entidade particularizada, a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela, expressa tanto em termos físicos, quanto monetários.

Sendo a contabilidade uma ciência nos resta mencionar, ainda que de modo breve, sobre os princípios, postulados e normas próprios da ciência contábil, estes por sua vez orienta o arca bolso teórico da contabilidade, e os procedimentos e práticas contábeis.

Segundo Iudícibus; et al. (2010) *apud* Marion (2009, p. 146) a teoria da contabilidade conceitua e hierarquiza os Postulados, Princípios e Normas convencionais da seguinte forma: Postulados ambientais, Princípios e convenções.

Postulados ambientais da Contabilidade. São axiomas, dogmas, máximas, proposições evidentes cuja aceitação como verdadeiras é indiscutível. Os postulados são da **entidade contábil** e da **continuidade**.

Princípios contábeis propriamente ditos. São preceitos básicos que devem orientar os registros contábeis, mutáveis no tempo, sujeitos a discussão. Os princípios contábeis são: o custo histórico, denominador comum monetário, realização da receita e confrontação da despesa (sendo que esses dois últimos substituem o Princípio da Competência). Um novo princípio, que é a *essência sobre a forma*, tem sido muito discutido nos meios contábeis.

Convenções são restrições, delimitações, condicionantes de aplicação aos princípios contábeis. Exemplo dado na Teoria da contabilidade é que os princípios representam a larga estrada a seguir rumo a uma cidade. As convenções seriam como os sinais ou placas que indicam como mais especificidade o caminho a seguir, os desvios, as

entradas, saídas etc. As convenções são: materialidade, conservadorismo, consistência e objetividade.

Porém segundo Silva (2010) a Resolução CFC nº 1.121/08 aprovou a NBC T 1- *Estrutura* Conceitual para a Elaboração e Apresentação de Demonstrações Contábeis, estruturou o conjunto de Princípios Contábeis Geralmente aceitos em três blocos, que diferencia, em alguns detalhes, o exposto a cima, Conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1: Princípios Contábeis geralmente aceitos

LIMITAÇÕES RELEVÂNCIA E NA CONFIABILIDADE DA INFORMAÇÃO	TEMPESTIVIDADE							
	EQUILÍBRIO ENTRE CUSTO E BENEFÍCIO							
CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	EQUILÍBRIO ENTRE CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS							
	COMPREENSIBILIDADE	RELEVÂNCIA MATERIALIDADE	CONFIABILIDADE	Representação Adequada				COMPARABILIDADE
				Primazia da Essência sobre a forma				
				Neutralidade				
				Prudência				
Integridade								
PRESSUPOSTOS BÁSICOS	REGIME DE COMPETÊNCIA			CONTINUIDADE				

Fonte: Silva, 2010, p. 57.

[...] Tomando como base o diagrama anterior, a nova doutrina deve ser vista a partir dos pressupostos básicos, passando pelas Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis e fechando com as Limitações na Relevância e na Confiabilidade da Informação. No geral, o foco das regras anteriores estava voltado para a escrituração contábil, enquanto que a nova visão foca o uso das demonstrações. Os dois focos não são excludentes, mas é evidente a ênfase das novas regras na tomada de decisão pelo usuário das informações contábeis. (SILVA, 2010, p. 58).

É importante frisar sobre o conceito do Postulado da Continuidade, tendo em vista a importância deste postulado para o presente trabalho. A continuidade implica em considerar as entidades como empreendimentos em prosseguimento, ou seja, em andamento, em

continuidade. É sustentado na continuidade que as entidades contraem dívidas e realizam investimentos. Por exemplo, as entidades não mantem o grupo de contas imobilizado (máquinas e equipamentos destinados à produção) na intenção de vendê-los, mas para utilizá-los em seus empreendimentos.

As entidades devem ser consideradas sempre um empreendimento em continuidade, salvo se detectado impossibilidades (descontinuidade), esta impossibilidade seria, por exemplo, a evidenciação de prejuízos constantes, liquidação judicial etc. Sendo responsabilidade da contabilidade, na pessoa do profissional contábil, informar aos seus usuários tal situação, (MARION, 2009). Portanto conclui-se que a descontinuidade está ligada diretamente a situação de insolvência das entidades.

2.1.1 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são relatórios extraídos da contabilidade, e são provenientes dos registros de todos os fatos contábeis ocorridos durante o exercício social, são apresentados periodicamente, geralmente no final de cada exercício. Portanto as demonstrações contábeis representam o resultado do que aconteceu na entidade durante o exercício social, apresentada na forma de demonstrações, com a finalidade de orientar e auxiliar no processo de tomada de decisão.

Segundo Franco (1980) é nas Demonstrações Contábeis que a contabilidade apresenta de forma sintética ou analítica as variações patrimoniais das entidades, estas demonstrações podem conter aspectos da dinâmica patrimonial ou da estática patrimonial. Este último refere-se às Demonstrações que refletem o patrimônio em determinado momento, ao passo que o primeiro referem-se aquelas demonstrações que apresentam a evolução do patrimônio em determinado período, evidenciando o resultado proveniente da gestão da empresa.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis o contabilista deve atender todos os princípios contábeis apresentados anteriormente, por este motivo gostaríamos de salientar sobre os princípios da Relevância e Tempestividade. Este último nos ensina que as informações contidas nas Demonstrações, devem atender aos seus usuários com a rapidez necessária, mantida a confiabilidade, para que ele possa tomar decisão.

Quanto a Relevância a Resolução CFC nº 1.374/11 aprova a NBC TG, Estrutura conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatórios Contábil-Financeiro diz que: “relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos

usuários.” A informação é relevante se tiver: “[...] valor preditivo, valor confirmatório ou ambos”.

O valor preditivo é quando o usuário com estes tipos de informação pode prever futuros resultados, sejam estes positivos ou negativos.

Ainda a Resolução CFC nº 1.374/11, nos ensina que as informações contidas nas Demonstrações, relativas à natureza e os montantes dos recursos econômicos, podem auxiliar aos usuários a identificar as fraquezas e/ou vigor financeiro da entidade, a relevância destas informações está em avaliar a liquidez e a solvência da entidade, suas necessidades de adquirir financiamento, prioridade e exigências de pagamento, ou seja, informa como o tomador de decisões poderá melhor alocar seus recursos para atender com eficiência e eficácia os objetivos da entidade.

2.1.2 Obrigatoriedade

Segundo Silva (2010) a obrigatoriedade das demonstrações contábeis está expressa no código civil e no art. 176 da Lei nº 6.404/76, lei das Sociedades por ações, que foi modificada pela /Lei nº 11.638/2007, diz:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação patrimonial da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I – balanço patrimonial;

II – demonstração dos lucros ou prejuízo acumulado;

III – demonstração do resultado do exercício;

IV – demonstração dos fluxo de caixa; e

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

E importante frisar que estas normas tratam das Sociedades por ações e Sociedades de Grande porte, no entanto a legislação tributária interfere para que as entidades elaborem Demonstrações através de seus registros contábeis.

Segundo Silva (2010, p. 53),

“[...] adicionalmente a legislação tributária também interfere em termos de exigência para que as empresas elaborem demonstrações e outros registros contábeis que possibilitem a apuração de resultados para fins de pagamento de impostos”.

Os efeitos causados pela legislação tributária vão desde a não obrigatoriedade de a empresa manter escrituração contábil, como no caso das Microempresas e das empresas que optam pelo chamado lucro presumido, até a obrigatoriedade daquelas que devam fazer apuração de resultado em prazos curtos para fins de tributação (SILVA, 2010, p. 54).

Desta forma podemos dizer que pelo fisco há entidades com obrigatoriedade de elaborar, outras de elaborar e publicar suas demonstrações, são caso das Sociedades de Capital Aberto e Sociedade de Grande Porte, e as que não são obrigadas a elaborar, publicar e/ou manter escrituração contábil, como no caso das Microempresas que optam pela tributação pelo Lucro Presumido.

Porém Assaf Neto (2010, p. 12) diz que “[...] As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que optarem pelo Simples podem ainda manter seus registros contábeis de maneira mais simplificada”. Ou seja, estas entidades não estão desobrigadas de manter escrituração contábil, apenas poderão, ou tem a faculdade de fazê-las de forma simplificada.

Conforme o já citado Assaf Neto (2010), uma das principais contribuições da legislação brasileira para as ME e EPP, foi a criação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES). Trata-se de um recolhimento único, para aqueles que optarem por esta forma de tributação, que é calculada de forma proporcional ao seu volume de Receita Bruta¹.

As Microempresas e (ME) e as Empresa de Pequeno Porte (EPP) recebem um tratamento diferenciado pela legislação tributária brasileira, objetivando proporcionar melhores condições para o crescimento destas entidades. As diferenças referem-se aos aspectos administrativos, obrigações fiscais e creditícias, (ASSAF NETO, 2010).

Esta diferenciação está inclusive expressa em nossa carta magna de 1988, em seu art.179, diz.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Não temos dúvidas de que as ME e EPP devem manter escrituração contábil, pois além da legislação em vigor, os órgãos de classe já emitiram norma referente à matéria, inclusive visando atender aos critérios de convergência as Normas Internacionais de Contabilidade, através do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e *International Accounting Standards Board* (IASB) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovou o Pronunciamento Técnico PME, NBC T 19.41 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

¹ “A Receita Bruta refere-se ao valor nominal das vendas bens ou dos serviços prestados pela empresa, no exercício social considerado, antes de qualquer dedução” (ASSAF NETO, 2010, p. 64).

Além da norma supracitada podemos mencionar a resolução do CFC nº 1.330/11, que aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil, “esta Interpretação deve ser adotada por todas as entidades, independente da natureza e do porte, na elaboração da escrituração contábil, observadas as exigências da legislação e de outras normas aplicáveis, se houver”. Desta forma o Conselho Federal de Contabilidade não faz distinção entre os vários tipos de personalidades jurídicas, no que se refere à obrigatoriedade da escrituração contábil.

E a Resolução do CFC nº 1.418/12, que aprova a ITG 1000, Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, diz:

26. A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários.

27. A elaboração do conjunto completo das Demonstrações Contábeis, incluindo além das previstas no item 26, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, apesar de não serem obrigatórias para as entidades alcançadas por esta Interpretação, é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Pelo que percebemos todas as entidades estão obrigadas pelo CFC de elaborar Demonstrações contábeis. E no caso específico da EM e EPP as demonstrações obrigatórias são: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. E de forma opcional outras demonstrações como: Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

As ME e EPP apesar de estarem dispensadas de escrituração contábil para fins fiscais, não está dispensadas das obrigações acessórias referentes à legislação trabalhista e previdenciária. E que somente a escrituração contábil faz prova no judiciário em caso de divergência entre os sócios, de pedido de concordata, nos casos de falência etc. (FABRETTI, 2003, p.121, *apud* HENRIQUE).

Segundo Raza (2008, p.17) “o empreendedor deve tornar a sua contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões seguras e coerentes com seu negócio”. Ou seja, a escrituração deve ser feita, principalmente com objetivo de tornar a contabilidade ferramenta que auxilia a gestão, aumentando suas possibilidades de continuidade, segurança nas decisões e possível sucesso.

Deste modo as empresas deveriam independente da obrigatoriedade, manter escrituração contábil que atendesse, além das exigências tributárias, suas necessidades de informações que auxiliem o gestor na tomada de decisão, principal objetivo da Contabilidade.

2.1.3 Principais Demonstrações

As demonstrações contábeis são ricas em informações, apresentando como a empresa geriu os recursos disponíveis, a fim de conseguir alcançar seus objetivos. Existem vários demonstrativos contábeis que compõem o conjunto de informações geradas pela contabilidade. São esses demonstrativos que expõem o que a empresa passou em períodos anteriores e que permitem fazer projeções futuras. Segundo Silva (2010) as principais demonstrações são: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Neste trabalho serão apresentados apenas o BP e DRE, pois estas demonstrações apresentam todos os dados necessários para calcular os modelos de insolvências desenvolvidos por Kanitz (1978) e Silva (1988).

2.2 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial é um dos demonstrativos mais importantes da empresa por tratar da situação em que a entidade se encontra em dado momento, mas pode revelar tendências, principalmente se analisadas em conjunto com outros demonstrativos anteriores, por esse e outros motivos o Balanço Patrimonial é peça fundamental para análises. Segundo Assaf Neto (2010, p. 47):

O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa.

Já para Marion (2009, p. 44) o Balanço Patrimonial “é a principal demonstração contábil”. Compara esta demonstração com uma fotografia da entidade, onde se pode verificar todos os bens e valores a receber e a pagar em determinado momento.

É importante salientar que embora o BP seja uma representação estática do patrimônio das entidades, tem um papel importante para análise das Demonstrações pela sua

capacidade de revelar informações de tendências, o que é indispensável para análise e formulação de senários.

Podemos dizer que o BP é uma demonstração que está dividida em Passivo e Patrimônio Líquido (PL), que representa as origens de recursos e Ativo que representa as aplicações de recursos. As origens de recursos são provenientes dos sócios ou de capital de terceiros, ou seja, dívidas assumidas pela entidade, portanto suas obrigações. Os recursos por sua vez são aplicados em bens ou em direitos formando assim o Ativo da entidade.

O Ativo é decomposto em Ativo Circulante (AC) e Ativo Não Circulante (ANC). O Passivo é decomposto em Passivo Circulante (PC) e Passivo Não Circulante (PNC) mais o PL.

As contas do Ativo quanto do Passivo e PL, são organizadas em subgrupos menores, e apresentadas segundo sua liquidez para as contas do Ativo, e exigibilidade para as contas Passivo e PL.

Ribeiro (2010, p. 11) faz a comparação de o “balanço lembra balança. Imagine uma balança de dois pratos em equilíbrio. Para que isso aconteça, é preciso que cada um dos dois pratos contenha o mesmo peso. Assim deve ser apresentado o Balanço Patrimonial: em equilíbrio”. Como o Ativo representa as aplicações de recursos e o passivo mais PL as origens, não é difícil entender que o total do ativo deve ser igual ao total do Passivo mais PL, e Portanto o Balanço Patrimonial pode ser representado pela seguinte equação:

$$\mathbf{ATIVO(Bens e Direitos) = PASSIVO + PL(OBRIGAÇÕES)}$$

O Balanço Patrimonial é representado de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 2: Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL					
em 31.12.x1 e 31.12.x0					
Expresso em R\$					
	31.12.X1	31.12.X0		31.12.X1	31.12.X0
ATIVO			PASSIVO e PATRIMÔNIO		
			LÍQUIDO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa			Fornecedores		
Contas a Receber			Empréstimos e Financiamentos		
Estoques			Obrigações Fiscais		
Outros Créditos			Obrigações Trabalhistas e Sociais		
			Contas a Pagar		
			Provisões		
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Contas a Receber			Financiamentos		
Investimentos					
Imobilizado			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível			Capital Social		
(-) Depreciação e Amortização Acumuladas			Reservas de Capital		
			Reservas de Lucros		
			Lucros Acumulados		
			(-) Prejuízos Acumulados		
TOTAL			TOTAL		

Fonte: Adaptado da ITG 1000, 2014.

2.2.1 Ativo

Como dito anteriormente o ativo são os bens e Direitos de uma entidade, portanto recursos que a empresa movimenta para alcançar seus objetivos. A RESOLUÇÃO CFC N.º 1.374/11 que aprova NBC TG - ESTRUTURA CONCEITUAL diz: “é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade:”

2.2.1.1 Ativo Circulante (AC)

São todas aplicações realizáveis após a data de encerramento do Balanço Patrimonial, ou seja, o exercício seguinte e que não ultrapasse o prazo de 12 (doze) meses. Se o ciclo operacional² da entidade ultrapassar este prazo, considera-se o ciclo operacional.

Segundo Neto (2010) os subgrupos de contas que integram este grupo do Ativo são:

- **Disponível** são as contas que tem sua liquidez imediata, como dinheiro em caixa, bancos, títulos e aplicações de liquidez imediata etc.;
- **Aplicações Financeiras** são aplicações de curto prazo que a empresa faz quando há excessos de caixa, geralmente em títulos imobiliários;
- **Valores a Receber a Curto Prazo** (Realizável a Curto Prazo)
- **Estoques;**
- **Despesas antecipadas.**

Disponível são as contas que tem sua liquidez imediata, como dinheiro em caixa, bancos, títulos, aplicações de liquidez imediata e etc.

Aplicações Financeiras são aplicações de curto prazo que a empresa faz quando há excessos de caixa, geralmente em títulos imobiliários de fácil negociabilidade no mercado.

Valores a Receber a Curto Prazo São os valores que a entidade tem para receber ou realizar dentro do período correspondente ao Ciclo operacional, por exemplo a conta Clientes, que pode se referir de Recebimento de vendas a prazo, mercadorias e serviços e duplicatas a receber.

Estoques são representados pelo montante apurado nos diversos inventários da empresa. Na indústria podemos citar estoques de matéria prima, de produtos em processo, de produtos

² Ciclo Operacional equivale ao tempo destinado por uma empresa desde a aquisição de matéria-prima (indústria) ou mercadoria (comércio) até o recebimento da venda (ASSAF NETO, 2010, p. 58).

acabados e etc. Portanto a matéria prima adquirida seja acabada ou em transformação (MARION, 2009).

Despesas antecipadas são aquelas despesas pagas, mas ainda não consumidas como: prêmios de Seguros que normalmente são pagas no ato da contratação, mas os benefícios só ocorrem em exercícios futuros.

2.2.1.2 Ativo Não Circulante (ANC)

Dentro deste grupo de contas devem ser classificadas todas as aplicações realizáveis no prazo superior ao exercício que sucede o último BP ou Ciclo operacional da entidade, portanto são itens de baixa liquidez.

Segundo Marion (2009) este grupo de contas se divide nos seguintes subgrupos: Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível.

Realizável a Longo Prazo são classificados neste subgrupo todas as contas de mesma natureza que as do Ativo Circulante, exceto os Disponível, mas que seu prazo de realização seja superior ao ciclo operacional da empresa ou exercício social.

São ditos Investimentos as conta que tem como características não serem destinadas as operações da entidade, ou de manutenção das suas atividades. Pela Lei nº 6. 404/76 se enquadra neste subgrupo as participações permanentes em outras sociedades. Podemos citar como exemplos de investimentos, a participação acionaria em coligadas, controladas e subsidiárias, terrenos, obras de arte e outros investimentos com finalidade especulativa (ASSAF NETO, 2010).

Imobilizado é o conjunto de bens e direitos de característica relativamente permanente, destinado ao funcionamento da empresa e que a entidade não tem como finalidade principal coloca-lo a venda. São exemplos de investimento: maquinas e equipamentos, móveis e utensílios, imóveis e etc.

Segundo Marion (2009, p. 360), “[...] devem ser classificado no grupo Intangível os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercido com esta finalidade.” São exemplos a marca e o Fundo de comercio adquiridos (Goodwill).

2.2.2 Passivo

“*passivo* é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;” (RESOLUÇÃO CFC N.º 1.374/11 que aprova NBC TG - ESTRUTURA CONCEITUAL).

2.2.2.1 Passivo Circulante (PC)

Compreende o Passivo Circulante todas as obrigações exigíveis até o final do exercício social seguinte a Publicação do Balanço Patrimonial, caso o ciclo operacional for maior que os 12 (doze) meses (Exercício social), toma-se como referência o Ciclo operacional.

Segundo Marion (2009) as principais contas do PC são:

- a) **Fornecedores** representam as contas a prazo de matéria prima (indústria), mercadoria (comércio) e outros materiais de consumo;
- b) **Salários a Pagar** são as obrigações junto aos funcionários referentes à folha de Pagamento;
- c) **Encargos Sociais a Recolher** são as despesas decorrentes da legislação brasileira referente à folha de pagamento, tais como: INSS, FGTS, 13º Salário etc.;
- d) **Impostos a Recolher** são os tributos que a empresa deverá recolher aos cofres públicos tais como: ICMS, IPI, ISS e etc.;
- e) **Impostos de Renda e Provisões** “É a parte do lucro apurado no exercício (ano-base) que será recolhido ao governo federal no ano seguinte (exercício financeiro)” (MARION, 2009, p. 386). As provisões são estimativas para cobertura de perdas ou exigibilidades que já são conhecidas ou calculadas pela entidade (RIBEIRO, 2010);
- f) **Outras Obrigações** são rubricas genéricas que não são expressivas, agrupa varias contas de pequenos valores a pagar, e por esse motivo sem a relevância de se ter uma rubrica específica no BP (SILVA, 2010).

2.2.2.2 Passivo Não Circulante (PNC)

Compreende todas as contas que tiverem sua exigibilidade após o exercício seguinte ao último Balanço Patrimonial ou que os prazos dos vencimentos sejam maiores que o ciclo operacional da entidade. Portanto consistem em obrigações de longo prazo da empresa. As obrigações mais frequentes são: Financiamento, Debêntures de Longo prazo, tributos e outros.

2.2.3 Patrimônio Líquido (PL)

Segundo Silva (2010), o PL é a parte da empresa que pertence aos proprietários. É a diferença entre os bens e direitos e as obrigações com terceiros. “*Patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.*” (RESOLUÇÃO CFC N.º 1.374/11).

Para Marion (2009), o Patrimônio Líquido pode ser representado pela fórmula:

$$PL = ATIVO - PASSIVO EXIGÍVEL^3$$

Segundo Neto (2010), Basicamente o PL é formado pelas seguintes contas:

- Capital Social
- Reservas de Capital
- Reservas de Lucro
- Ações em tesouraria
- Ajuste de Avaliação patrimonial
- Prejuízos acumulados

Capital Social representa os investimentos feitos pelos acionistas ou sócios, também chamados de integralização de capital, ou os valores gerados pela própria empresa através do lucro, que não foram distribuídos e estão na forma de dividendos.

“Reservas de Capital são aquelas que não se originam do resultado do exercício, isto é, não são apuradas (portanto, não transitam) pela Demonstração do Resultado do Exercício” (MARION, 2009, p. 407).

Reservas de Lucro como sugere são reservas formadas pelo lucro retido para uma destinação específica, a título de exemplo podemos citar as Reservas legais, Reservas

³ Passivo Exigível são todas obrigações com terceiros, sejam de curto ou longo prazo, portanto é formado pelo capital de terceiros.

estatutárias, Reserva para contingências, Reserva para planos de investimentos e Reservas de Lucro a Realizar.

Ações em tesouraria são ações emitidas pela própria empresa e por ela readquiridas, ou seja, é quando a empresa adquire suas próprias ações e as mantém em tesouraria são apresentadas como conta redutora no PL, registrando a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Ajuste de Avaliação patrimonial, quanto a este Neto (2010, p. 60) versa o seguinte:

A conta de “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, criada pela Lei nº 11.638/07, inclui as diversas contrapartidas de aumento ou reduções de valor calculados de elementos do ativo e do passivo, determinados em razão da avaliação a preço de mercado. Estes ajustes permanecem no patrimônio líquido enquanto não forem considerados no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

Prejuízos acumulados são os resultados negativos remanescentes de outros exercícios e ainda não compensados que se acumula com os de outros exercícios, esta conta tem natureza devedora, portanto é redutora do PL.

2.3 Demonstração do Resultado Exercício (DRE)

A DRE Demonstração do Resultado de Exercício é uma demonstração contábil que tem como objetivo fornecer de maneira ordenada o resultado auferido pela entidade em determinado período ou exercício social. Este resultado pode ser positivo (Lucro) ou negativo (prejuízo) são resultado das receitas, custos e despesas incorridas no período.

Segundo Iudícibus; et al. (2010), nas empresas com fins lucrativo, seu objetivo primeiro é obter lucro com suas atividade, é desta demonstração que “sobressai um dos valores mais importantes às pessoas nela interessadas, o resultado liquido do período, Lucro ou Prejuízo.”

Marion (2009), por sua vez lembra que a DRE é a demonstração que mostra a eficiência da gerência na administração dos recursos disponíveis na empresa, o sucesso da gestão será de acordo com o lucro gerado na entidade e esse deve ser capaz de remunerar satisfatoriamente os investidores.

A DRE é apresentada de forma vertical onde são agrupadas as receitas, custos e despesas segundo sua natureza. “Parte-se da receita bruta e, por meios de adições e subtrações sucessivas, chega-se ao resultado liquido do exercício” (REIS, 2009, p. 98). O resultado liquido e sua distribuição aparecerá em outras demonstrações, a saber: Demonstração da

Mutação do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA).

Ao mostrar como se formou o lucro ou prejuízo fica mais fácil entender as variações do PL ocorridas no período compreendido entre dois Balanços. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado se complementam, atingindo a finalidade de mostrar a situação patrimonial e financeira da entidade (IUDÍCIBUS; et al, 2010). No entanto “[...] cabe lembrar que enquanto o balanço patrimonial apresenta a posição de ativos, passivos e patrimônio líquido em determinado momento, a demonstração do resultado agrupa valores relativos a um período” (SILVA, 2010).

Como podemos observar tanto o BP quanto o a DRE, fornece informações importantíssimas para o processo de gestão das empresas, seja pelo valor preditivo das informações econômico-financeiras, seja em informar como a entidade está gerindo seus recursos e conduzindo suas atividades. Possibilitando que qualquer gestor possa obter informações e avaliar a situação de sua empresa.

Com os dois relatórios, qualquer pessoa interessada nos negócios da empresa tem condições de obter informações, fazer análises, estimar variações, tirar conclusões de ordem patrimonial e econômico-financeira e para tanto, é só praticar adequadamente técnica de Análise e interpretação de Balanços e outros processos fornecidos pela contabilidade” (IUDÍCIBUS; et al. 2010, p. 177).

A Demonstração do Resultado pode ser representada de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 3: Demonstração do Resultado do exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
em 31.12.x1 e 31.12.x0	Expresso em R\$	
	31.12.x1	31.12.x0
VENDAS DE PRODUTOS, MERCADORIAS E SERVIÇOS		
(-) Deduções de Tributos, Abatimentos e Devoluções		
= RECEITA		
(-) CUSTO DAS VENDAS		
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços.		
= LUCRO BRUTO		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Continua		

Continuação		
Despesas Administrativas		
Despesas com Vendas		
Outras Despesas Gerais		
= RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas Financeiras		
(-) Despesas Financeiras		
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
= RESULTADO ANTES DAS DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		
(-) Despesa com Contribuição Social (*)		
(-) Despesa com Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (*)		
= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		

Fonte: Adaptado da ITG 1000, 2014.

2.4 Análise das Demonstrações Contábeis

Se na seção sobre contabilidade citamos a seguinte frase: “a Contabilidade é tão antiga quanto à origem do homem” (MARION, 2009, p. 32), O mesmo autor em outra obra nos diz que “a Análise das Demonstrações Contábeis e tão antiga quanto a própria contabilidade” (MARION, 2012, p. 6).

A contabilidade em sua forma primitiva já tinha como objetivo comparar a evolução do patrimônio e por consequência a análise da variação das riquezas. O homem primitivo quando comparava a variação de suas riquezas através de inventários de seus rebanhos de certo modo já estava, ainda que de forma primitiva, analisando, porém só no século XIX que veremos a análise como havemos hoje.

No século XIX com o surgimento das grandes corporações americanas nasce à necessidade da separação das funções dos proprietários e administradores e assim também a necessidade de um sistema de avaliação da eficiência da administração. Por sua vez os bancos, no mesmo período, começaram a criar formas de analisar as empresa que necessitavam de crédito através das Demonstrações Contábeis, a fim de saber se as empresas que estavam

pleiteando financiamentos teriam condições financeiras de honrar com tal compromisso, (MATARAZZO, 2010). Esse é um método que nasceu da necessidade de se verificar as tendências de pagamento a terceiros, e hoje é utilizado como ferramenta gerencial em empresas que têm conhecimento da importância de se fazer esse tipo de análise periodicamente.

Franco (1980, p. 106) nos explica que:

Como as principais demonstrações contábeis são exposições sintéticas dos componentes patrimoniais e de suas variações, a ele recorreremos quando desejamos conhecer os diferentes aspectos da situação patrimonial e de suas variações. Sendo demonstrações sintéticas, não oferecem informações detalhadas sobre o estado patrimonial e sobre suas variações. Daí a necessidade de aplicação da técnica contábil denominada *Análise das demonstrações contábeis*.

Analisar uma demonstração contábil é decompô-la em partes, extrair seus elementos, procurando conhece-los e interpreta-los, relacionando-os com outros elementos e com o todo, tornando o todo simplificado e compreensível (SÁ, 1976).

É importante ressaltar que apesar de nem todas as empresas serem obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis, não só os gestores estão interessados nos resultados da análise de balanço, mas também os fornecedores, instituições financeiras, investidores, concorrentes e o governo. Tanto os fornecedores quanto as instituições financeiras tem maior interesse em saber se a empresa terá condições de honrar com seus compromissos. Os investidores querem saber se a empresa poderá gerar o lucro esperado por eles, já os concorrentes querem comparar os resultados obtidos com outras empresas para saber onde melhorar seu desempenho, e com isso concorrer com igualdade com as demais empresas, e por fim, o governo, que se preocupa com a saúde da empresa em suas contratações. Segundo Assaf Neto (2010, p. 41).

O interesse do governo na análise de balanços é explicado em processos de concorrência pública, em que o desempenho empresarial é fator importante no processo de seleção; na necessidade de conhecer a posição financeira dos diferentes ramos e setores de atividade como forma de subsidiar a formulação de certas políticas econômicas; no controle mais próximo de empresas públicas concessionárias de serviços públicos, etc.

A quantidade de informações geradas pelas análises de balanço é enorme. Através dela os gestores podem tomar decisões que favoreçam o crescimento da empresa. Nesse sentido, a empresa terá mais chances no mercado, com a possibilidade de expandir seus negócios e prever possíveis crises ou até mesmo evitá-las.

Segundo Matarazzo (2010), várias informações são geradas pela Análise de Balanço. São elas:

- a) Situação financeira;
- b) Situação econômica;
- c) Desempenho;
- d) Eficiência na utilização dos recursos;
- e) Pontos fortes e fracos;
- f) Tendências e perspectivas;
- g) Quadro evolutivo;
- h) Adequação das fontes às aplicações de recursos;
- i) Causas das alterações na situação financeira;
- j) Causas das alterações na rentabilidade;
- k) Evidência de erros da administração;
- l) Providências que deveriam ser tomadas e não foram;
- m) Avaliação de alternativas econômico-financeiras futuras.

É notável que a análise de balanço é uma importante ferramenta para a gestão de qualquer empresa, pois é através dos indicadores que bons investimentos podem surgir, além de prevenir possíveis situações que venham a prejudicar o funcionamento da empresa.

2.4.1 Técnicas de Análise

Segundo Reis (2009) algumas técnicas para realizar análises das demonstrações são: Subtração, análise horizontal, análise vertical e por Quocientes. Os resultados na aplicação dessas técnicas geram informações que farão a diferença nas decisões frente às dificuldades ou futuros investimentos.

Neste trabalho, tendo em vista o objetivo que se propõem, abordaremos de formas mais detalhada o método por Quociente (Índices), método mais satisfatório e utilizado na análise por trazer resultados mais expressivos, inteligível e mais fácil comparação com resultados de outros períodos e empresas do setor em que as entidades atuam, porém sem deixar de trazer os conceitos dos outros métodos citados, tendo em vista que para se fazer uma boa e completa análise das empresas, estas técnicas devem ser utilizadas em conjunto com a análise por Quociente.

A subtração compreende simplesmente em obter resultados para análise simples através da subtração entre dois ou mais valores. Por apurar um valor isolado não tem muita eficácia, pois os valores apurados só teriam serventia se comparados com outros valores patrimoniais.

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 41 e 42).

Análise Horizontal – identifica a evolução dos diversos elementos patrimoniais e de resultados ao longo de determinado período de tempo. É uma análise temporal do crescimento da empresa, que permite avaliar a evolução das vendas, custos e despesas; o aumento dos investimentos realizados nos diversos itens ativos; a evolução das dívidas etc.

Análise Vertical – de maneira idêntica à análise horizontal, a análise vertical objetiva, basicamente, o estudo das tendências da empresa. Complementando as informações horizontais, o estudo vertical das demonstrações contábeis permite conhecer a estrutura financeira e econômica da empresa, ou seja, a participação relativa de cada elemento patrimonial e de resultados. Por exemplo, qual a porcentagem das vendas que representa lucro líquido; do total de seu passivo quanto à empresa deve a curto e a longo prazos etc.

Análise por Quociente é o método mais usado, e compreende na comparação entre dois valores por meio de divisão, que podem ser: “Entre partes ou totais isolados, que não formam um conjunto” e “entre partes com o todo em que essa parte está contida” (REIS, 2009, p. 196). Por exemplo, entre elementos do AC e PC ou entre elementos que compõem somente o AC e etc. Esta técnica é sem dúvida a mais expressiva, pois é mais facilmente compreensível e inteligível, principalmente na apuração de índices para análise.

Segundo Marion (2012, p. 24), “os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação de montantes, por si só”.

Vários são os índices utilizados na análise de uma empresa, tanto pode evidenciar a situação financeira quanto econômica. Não é objetivo deste trabalho esgotar este tema, trazendo o máximo de índices possíveis o que seria uma tarefa bastante onerosa.

É importante ressaltar que não há uma metodologia única de análise aceita unanimemente por todos os autores que estudam a análise das demonstrações contábeis. Assaf Neto (2010, p. 35), por exemplo nos diz que:

Corroborando com *Iudicibus*, pode-se partilhar da ideia de que a análise de balanços é uma arte, pois, apesar das técnicas desenvolvidas, não há nenhum critério ou metodologia formal de análise válidos nas diferentes situações e aceitos unanimemente pelos analistas. Dessa maneira, é impossível sugerir-se uma sequência metodológica ou um instrumental científico capaz de fornecer diagnósticos sempre precisos das empresas.

A maneira com que os indicadores de análise são utilizados é particular de quem faz a análise, sobressaindo-se, além do conhecimento técnico, a experiência e a própria intuição do analista. (...)

Desta forma escolhemos utilizar neste trabalho a metodologia trazida por Marion (2012), por entender que a didática utilizada por esse autor é de melhor compreensão para aqueles que ainda não estão familiarizados com tema. O citado autor focaliza a análise no tripé da Liquidez, Rentabilidade e Endividamento, agrupa os principais índices em quatro tipos: Índices de Liquidez, Índices de Endividamento, Índices de Atividade e Índices de Rentabilidade, sendo este último um indicador econômico da empresa. O tripé pode ser trabalhado nos níveis Introdutório, Intermediário e Avançado.

Índices de Liquidez indica a disposição das empresas honrarem com suas obrigações, servem para avaliar a capacidade da empresa saldar seus compromissos, esta capacidade de pagar pode ser avaliada tanto a longo prazo, curto prazo ou em caso de liquidação imediata. Seus principais índices são: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente(LC), Liquidez Seca (LS) e Liquidez Imediata (LI).

Liquidez Geral (LG) mostra a capacidade de a empresa pagar suas obrigações em longo prazo, considera tudo que a empresa tem de bens e direitos realizáveis em curto e longo prazo para sanar suas dívidas totais.

Fórmula:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

Liquidez Corrente (LC) mostra a capacidade de a empresa pagar suas obrigações de curto prazo.

Fórmula:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Liquidez Seca (LS) mostra a capacidade de a empresa pagar suas dívidas em curto prazo, mais sem considerar o estoque, grupo de conta que está contido no Ativo Circulante. Isto se dá para que o analista possa identificar quais as consequências se os estoques se tornassem obsoletos, os valores encontrados nesta rubrica forem de difícil convenção em moeda, paralizações nas vendas e etc. Marion (2012) nos diz que apesar da LS ser um índice bastante conservador, os estoques são os itens do ativo de mais fácil manipulação.

Fórmula:

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Liquidez Imediata (LI) mostra quanto a empresa tem para saldar suas dívidas em prazo imediato.

Fórmula:

$$LI = \frac{\text{Disponibilidade: (caixa + bancos + aplicações de curtíssimo prazo)}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índices de endividamento indica o nível de endividamento da empresa, ou seja, podemos apreciar se a quantidade de capital de terceiro utilizados nas atividades da empresa é alta, razoável ou baixa. Através destes índices saberemos qual a proporção de capital próprio e terceiro, bem como a qualidade destas dívidas. São a curto prazo (circulante) ou a longo Prazo (não circulante)? A dívida com terceiro é boa, razoável ou ruim? São questões que poderão ser respondidas.

Fórmulas:

QUANTIDADE:

$$= \frac{PC + PNC}{PC + PNC + PL} * 100$$

Mostra a participação de capital de terceiros sobre os recursos totais, ou seja, quanto do ativo está sendo financiado por capital de terceiros e quanto está sendo financiado por capital próprio. Indica se a dívida com terceiros é alta, razoável ou baixa.

$$= \frac{PL}{PC + PNC}$$

O índice obtido por esta fórmula mostra quanto à empresa tem de capital próprio como garantia para fazer face ao capital de terceiros. Serve para resolver a seguinte questão: Quanto à empresa tem como garantia, para cada unidade monetária de capital de terceiros?

QUALIDADE:

$$= \frac{PC}{PC + PNC} * 100$$

Indica se a dívida é mais a curto ou a longo prazo, quanto maior for os valores obtidos na fórmula, maior será a dívida de curto prazo, logo por complemento aritmético menor será a dívida de longo prazo.

É importante ressaltar que uma dívida alta não é sinônima de situação ruim para empresa, pois esta pode ser de boa qualidade, no geral as dívidas de longo prazo são melhores para as empresa por serem menos onerosas e a empresa ter mais tempo para gerar recursos e paga-la.

Índices de Atividade este grupo, indica quantos dias à empresa demora, em média, para receber suas vendas, para pagar suas compras e para renovar seu estoque. E utiliza-se dos: Prazo Médio de Renovação de Estoque (PMRE), Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) e Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC). “[...] A questão dos prazos tem enorme importância na Liquidez, no endividamento e no retorno da empresa, e é um dos componentes determinante da necessidade de capital de giro da empresa”. (SILVA, 2012, p. 247).

Uma empresa deve buscar ter seu PMRE mais PMRV “menor” que PMPC, pois desta forma a empresa estará comprando mercadorias para seus estoques, vendendo seus produtos e recebendo suas vendas antes de vencer o prazo de pagamento. Quando a soma do PMRE mais PMRV é “maior” que PMPC significa dizer que a empresa terá que pagar suas dívidas antes de receber suas vendas, logo haverá a necessidade de capital de giro, que será financiado por recursos de terceiros, por recursos próprios ou pelos dois. Quando a soma do PMRE mais o PMRV são maiores que o PMRC diz-se que há um Ciclo Financeiro ($PMRE + PMRV > PMRC = \text{Ciclo Financeiro}$).

Fórmulas⁴:

$$PMRE = \frac{\text{Estoque} * 360}{\text{custo das vendas}}$$

A fórmula indica em média quantos dias a empresa leva para renovar seu estoque, ou seja, qual o prazo médio que a empresa leva para comprar e vender seu estoque.

$$PMRV = \frac{\text{Duplicatas a Receber} * 360}{\text{Vendas Brutas}}$$

A fórmula indica em média quantos dias à empresa leva para receber suas vendas, ou seja, quanto tempo em média à empresa leva para vender e receber suas vendas.

$$PMPC = \frac{\text{Fornecedores} * 360}{\text{Compras}}$$

A fórmula indica em média quantos dias à empresa leva para pagar suas compras, ou seja, quanto tempo à empresa leva em média para comprar mercadorias e pagar as mesmas.

Índices de Rentabilidade⁵ estes índices propiciam ao analista, apreciar os aspectos econômicos da empresa, ou seja, a geração de lucro, levando em consideração os investimentos no ativo. Sabemos que as empresas investem no seu ativo para que com a melhor combinação do mesmo, possa gerar receita suficiente à obtenção de lucro. Como

⁴ Alguns aspectos devem ser considerados para os cálculos dos índices de atividades, consultar Marion (2012, p. 113).

⁵ Assim como nos índices de Atividade, alguns aspectos devem ser considerados para os cálculos dos índices de Rentabilidade, consultar Marion (2012, p. 131).

Sabemos “as fontes de financiamento do Ativo são o Capital Próprio e Capital de Terceiros. A administração adequada do Ativo proporciona maior retorno para empresa” (MARION, 2012, p. 133). Estes índices, portanto, indicam quanto de retorno à empresa gera nestes investimentos.

Considerando o exposto no paragrafo anterior, deveremos descobrir, por exemplo, quanto o Capital Próprio (Patrimônio Líquido da empresa) está tendo de retorno para cada Real investido no ativo da entidade, ou seja, qual a Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL), esta taxa indica quanto o retorno (lucro líquido) representa em relação ao capital que os proprietários investiram (acionistas, investidores, donos etc.) e se este investimento está remunerando adequadamente os investidores. É obtida pela fórmula:

$$TRPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Por exemplo:

Se uma empresa obteve Lucro Líquido de 185.162 e um PL de 740.644, então temos:

$$TRPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \Rightarrow \frac{185.162}{740.644} = 0,25 \text{ ou } 25\%$$

Ou seja, para cada R\$1,00 investidos pelos proprietários há um ganho de R\$0,25 centavos ou 25%.

Devemos também calcular a eficiência da empresa em gerar resultados, ou seja, a capacidade de gerar lucro, e em quanto tempo à empresa irá recuperar todo seu investimento⁶. Aqui é medido o desempenho do uso do Ativo, não importando se são originados de recursos próprios ou de terceiros. Esta situação é conhecida pela Taxa de Retorno sobre Investimento (TIR).

Fórmula:

$$TRI = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Exemplo: Se uma empresa obtiver R\$ 185.162 de Lucro Líquido e o Ativo Total igual a R\$ 925,744, então temos.

$$TRI = \frac{185.162}{925.744} = 0,20 \text{ OU } 20\%$$

Ou seja, para cada R\$ 1,00 aplicado no ativo, a empresa tem um ganho de R\$ 0,20 centavos ou 20%, logo a empresa irá recupera seu investimento no prazo médio de 5 (cinco) anos.

⁶ Ou seja, o Tempo Médio do Retorno, em quanto tempo o lucro irá cobrir o capital total investido.

$$\textit{Tempo Médio de Retorno} = \frac{100\%}{\textit{TRI}} \rightarrow \frac{100\%}{20\%} = 5$$

A TRI se decompõe em outros dois índices, o primeiro é a Margem de Lucro, indica “quantos centavos de cada real de vendas restaram após a dedução de todas as despesas” (MARION, 2012, p.158).

Indica “qual a percentagem de lucro contida em cada unidade monetária de mercadoria vendida ou serviço prestado e, por complemento aritmético, os custos respectivos” (REIS, 2009, p. 293).

Fórmula:

$$\textit{Margem de Lucro} = \frac{\textit{Lucro Líquido}}{\textit{Vendas líquidas}}$$

A segunda é a Rotatividade do investimento, ou Giro do Ativo, “Significa a eficiência com que a empresa utiliza seus ativos, com o objetivo de gerar reais de vendas. Quanto mais for gerado de vendas, mais eficientemente os ativos serão utilizados.” (MARION, 2012, p. 158).

Fórmulas:

$$\textit{Giro do Ativo} = \frac{\textit{Vendas}}{\textit{Ativo Total}}$$

É importante observar que a multiplicação destes dois índices (Giro do Ativo X Margem de Lucro) é igual a TRI, o que explica por que podemos encontrar empresas com TRI iguais, mais com Margem de Lucro e Giro do Ativo completamente diferente. Quanto a isso Marion (2012, p. 159) traz o seguinte exemplo:

Se compramos uma lata de leite em pó, no domingo, em uma padaria, pagaremos um preço bem mais elevado que num supermercado. Apesar de nossa reação negativa, poderemos afirmar que o proprietário da padaria não está ganhando mais que o supermercado (talvez menos). O que acontece é que o primeiro está ganhando na margem (pois as latas ficam estocadas longos tempos nas prateleiras, girando pouco seu Ativo), enquanto o supermercado ganha no giro (as latas ficam pouco tempo nas prateleiras).

“Assim, uma firma que tenha uma baixa margem de lucro – Por exemplo, os postos de gasolina – pode compensar com uma alta rotatividade e gerar, para o investimento total, um lucro satisfatório” (REIS, 2009, p. 295).

2.4.1.2 Índices-Padrão

Um aspecto importante a ser considerado no processo de análise das empresas é o conceito de Índices-Padrão. Índice-Padrão é a representação dos índices médios de varias empresas do mesmo ramo de atividade, serve para que os empresários e analistas possam comparar os resultados encontrados em suas empresas com os praticados em seu ramo de atividade, região e/ou porte. Portanto serve como um referencial de comparação.

2.4.1.3 Análise Discriminante

Outra ferramenta gerencial que, aplicada em conjunto com a análise de balanço, e que pode estimar a vida útil da empresa é a chamada Analise Discriminante, são modelos estatísticos, que visam formar uma função matemática, baseada na verificação de diversos índices e na atribuição de pesos para estes, segundo sua importância, visando verificar se determinada empresa pertence ou não a uma população (de solventes ou insolventes, no caso).

Segundo Lopes, apud. Matarazzoro (1998, p. 245).

A análise discriminante é uma função matemática que, baseada em diversos índices, terá a função de verificar e informar em qual grupo determinada empresa se encontra, após verificação do conjunto dos índices e seus pesos, de acordo com a importância no conjunto. Isso será definido através da comparação com um número fixo ou pontos críticos.

É importante salientar que devido a delimitação de estudo, serão utilizados os modelos de Análise Discriminante desenvolvidos por Kanitz (1978) e Silva (1988), mas sem que isso desconsidere a relevância de outros modelos existentes na literatura brasileira, a exemplos dos desenvolvidos por Elisabetsky e Altman.

O Termômetro de Kanitz é baseado em modelos estatísticos, que são formados por cinco índices extraídos das demonstrações contábeis e são aplicados em uma equação matemática utilizando técnicas de regressão múltipla de análise discriminante, a fim de determinar o risco de insolvência.

Segundo Rezende (2011), “[...] a equação desenvolvida é composta do seguinte modelo: $FI = 0,05 RPL + 1,65 LG + 3,55 LS - 1,06 LC - 0,33 PCT$, onde: 0,05; 1,65; 3,55; 1,06 e 0,33 são os pesos que devem multiplicar os índices”.

RPL = lucro líquido/patrimônio líquido;

LG = (ativo circulante + realizável a longo prazo) / exigível total;

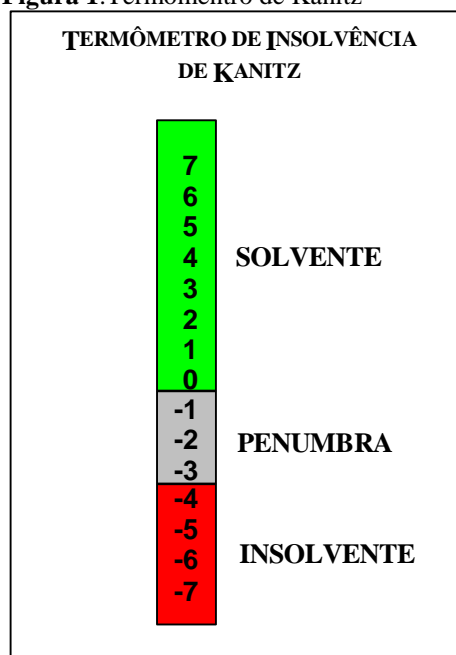
LS = (ativo circulantes – estoques) / passivo circulantes;

LC = ativo circulante / passivo circulante;

PCT = exigível total / patrimônio líquido.

Ainda Rezende (2011), os resultados dessa equação são multiplicados pelos seus respectivos pesos citados acima, dessa forma, resultaram em valores X1, X2, X3, X4 e X5. Esses resultados serão calculados da seguinte forma: $X1 + X2 + X3 - X4 - X5$, em seguida, serão comparados com os valores do Termômetro de Kanitz. Este, por sua vez, possui uma escala que vai de -7 a 7. As divisões dos Fatores de Insolvência são:

Figura 1: Termômetro de Kanitz



Fonte: Kassai e Kassai (1998).

- Fator de Insolvência entre 0 e 7 a empresa sem problemas financeiros – Solvente;
- Fator de Insolvência entre 0 e -3 a empresa está em situação financeira indefinida;
- Fator de Insolvência entre -3 e -7 a empresa enfrentando problemas financeiros – Insolvente.

Segundo Mário (2002), o modelo de previsão de Silva também se trata de modelo estatístico de Análise Discriminante e tem se mostrado eficiente em estimar a vida útil da empresa. Assim como o Termômetro de Kanitz a ferramenta de Silva busca avaliar o risco de

insolvência, porém diferencia-se deste por ter desenvolvido dois modelos distintos, um para empresa comerciais e outro para empresas industriais.

Neste trabalho será apresentado apenas o modelo próprio para empresas comerciais, por melhor atender as características da pesquisa, tendo em vista que a empresa estudada atua no ramo do comércio.

Silva também desenvolveu para cada modelo duas fórmulas, uma prevê a situação da empresa para o exercício seguinte, e outra que prevê a situação de até os dois exercícios subsequentes.

Quanto a isso, Mário (2002, p. 115), traz em sua Dissertação de Mestrado que:

Sua proposição final difere dos demais trabalhos, por terem-se criado dois modelos: um para empresas comerciais e outro para empresas industriais. Esses modelos ainda foram adaptados, para prever a situação da empresa em função do tempo: um modelo (n°1) indicava a situação da empresa até o exercício seguinte e outro (n°2), a situação até o segundo exercício subsequente. Isso, em relação ao período das demonstrações utilizadas.

Segundo Silva (2010, p. 334 e 335) as fórmulas a serem aplicadas as empresas do comércio são as seguintes:

$$Z1 = 1,327 + 7,561 E_5 + 8,201 E_{11} - 8,546 L_{17} + 4,218 R_{13} + 1,982 R_{23} + 0,091 R_{28}$$

$$Z2 = 2,368 - 1,994 E_5 + 0,138 E_9 - 0,187 E_{25} - 0,025 L_{27} - 0,184 R_{11} + 8,059 R_{23}$$

Onde: Z1c = escore discriminante para próximo ano

Z2c = escore discriminante para os dois próximos anos

$E_5 = (\text{reservas} + \text{Lucros acumulados}) / \text{ativo total}$

$E_9 = (\text{variação do imobilizado}) / (\text{lucro líquido} + 0,1 \times \text{imobilizado médio} - \text{saldo CM} + \text{variação do ELP})$

$E_{11} = \text{disponível} / \text{ativo total}$

$E_{25} = \text{disponível} / \text{ativo permanente}$

$L_{17} = (\text{ativo circulante} - \text{disponível} - \text{passivo circulante} + \text{financiamentos} + \text{duplicatas descontadas}) / \text{vendas}$

$L_{27} = \text{duplicatas a receber} \times 360 / \text{vendas}$

$R_{11} = (\text{ativo total médio} - \text{salário, tributos e correções média}) / \text{patrimônio líquido médio}$

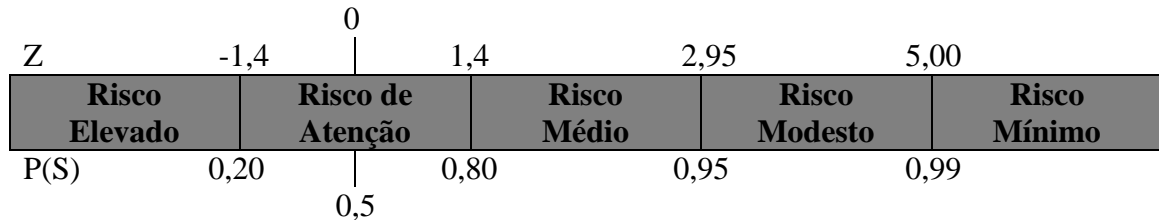
$R_{13} = (\text{lucro operacional} + \text{despesas financeiras}) / (\text{ativos total médio} - \text{investimentos médios})$

$R_{23} = \text{lucro operacional} / \text{lucro bruto}$

$R_{28} = (\text{patrimônio líquido} / \text{capital de terceiros}) / \text{margem bruta} / \text{ciclo financeiro}$

Embora as empresas de modo geral sejam consideradas potencialmente insolventes se os resultados obtidos nas funções ($Z1c$ e $Z2c$) forem inferiores a 0 e solventes se superiores, devemos confrontar os resultados obtidos nas fórmulas com a escala apresentada a seguir:

Figura 2: Escala para o Modelo de Silva



Fonte: SILVA, 2010, p. 336.

Sendo:

Z = valor da função Z ($Z1c$ e $Z2c$) a ser obtido

P(S) = probabilidade de solvência da empresa (em %)

“[...] Quando o valor de Z é -1,4, a probabilidade de Solvência é de apenas 20%;[...] Quando Z for 2,95, a probabilidade de solvência é de 95%, e, conseqüentemente, a de insolvência é de 5%, e assim por diante”(SILVA, 2010, p. 336).

O uso dessas ferramentas de análise em uma empresa trará para os administradores a certeza de que os procedimentos estão sendo aplicados de forma correta, viabilizando o crescimento e permitindo aos investidores terem mais certeza de que o dinheiro aplicado trará retorno. Como se pode perceber no decorrer do texto uma ferramenta complementa as demais, isso significa dizer que a aplicação dos Testes de Solvência, Modelo de Silva e Termômetro Kanitz, em uma empresa trará mais segurança para os administradores e os usuários externos.

3 ESTUDO DE CASO

Após a escolha da empresa e obtenção dos BP e DRE dos últimos dois anos, foi efetuado os cálculos dos índices descritos anteriormente, bem como das fórmulas que revelam os fatores de insolvência desenvolvidos por Kanitz (1978) e o modelo de previsão de insolvência desenvolvido por Silva (1988).

Apesar da empresa estudada publicar suas demonstrações contábeis, não é objetivo deste trabalho comentar a situação em que se encontra tal empresa, no entanto o objetivo é identificar os benefícios da utilização da Análise das Demonstrações Contábeis e do Teste de Solvência para a tomada de decisão em uma empresa, fazendo estas observações com dados reais, de modo a tornar a pesquisa mais prática, para que os resultados encontrados não sejam meramente acadêmicos.

3.1 Balanço Patrimonial

TABELA 1: Balanço Patrimonial.

Indicefor S.A. Balanço Patrimonial exercícios 2011 e 2010					
ATIVO	31/12/2011	AV(%)	AH	31/12/2010	AV(%)
Circulante					
Caixa e bancos	17.733	3,50	335,59	4.071	1,43
Contas a receber	212.748	41,95	121,29	96.142	33,65
Estoques	108.746	21,44	41,16	77.036	26,97
Impostos a recuperar	44.445	8,76	40,02	31.741	11,11
Créditos com fornecedores	11.547	2,28	71,75	6.723	2,35
Demais contas a receber	9.168	1,81	-6,30	9.784	3,42
Total do Circulante	404.387	79,74	79,33	225.497	78,93
Não Circulante					
Depósitos Judiciais	2.091	0,41	355,56	459	0,16
Partes relacionadas	32.215	6,35	52,87	21.073	7,38
Impostos a recuperar	19.013	3,75	-	-	-
Imposto de renda e contrib social diferidos	1.655	0,33	-21,90	2.119	0,74
Demais contas a receber	152	0,03	-16,48	182	0,06
Total do Realizável à Longo Prazo	55.126	10,87	131,30	23.833	8,34
Ativo Permanente					0,00
Imobilizado	3.941	0,78	5,52	3.735	1,31
Intangível	43.647	8,61	33,81	32.618	11,42
Total do Permanente	47.588	9,38	30,91	36.353	12,72
Total do Ativo	507.101	100,00	77,50	285.683	100
Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2011	AV(%)	AH	31/12/2010	AV(%)
Circulante					
Empréstimos	77.347	15,25	56,29	49.490	17,32
Fornecedores	280.952	55,40	153,30	110.918	38,83
Salários e encargos sociais	2.232	0,44	29,24	1.727	0,60
Impostos e contribuições a recolher	19.069	3,76	24,90	15.267	5,34
Juros sobre capital próprio	710	0,14	-64,01	1.973	0,69
Demais contas a pagar	26.230	5,17	1,19	25.921	9,07
Total do Circulante	406.540	80,17	98,03	205.296	71,86
Não Circulante					
Instituições financeiras	26.789	5,28	55,19	17.262	6,04
Arrendamento a pagar	85	0,02	-57,07	198	0,07
Imposto de renda e contr. social – diferida	13	0,00	-61,76	34	0,01
Impostos a recolher	2.988	0,59	-21,57	3.810	1,33
Total do Exigível a Longo Prazo	29.875	5,89	40,23	21.304	7,46
Patrimônio Líquido					
Capital subscrito	31.516	6,21	0,00	31.516	11,03
Reserva de lucros	39.170	7,72	42,09	27.567	9,65
Total do Patrimonio Líquido	70.686	13,94	19,64	59.083	20,68
Total do Passivo	507.101	100,00	77,50	285.683	100,00

Fonte: Diário Oficial, 2012.

3.2 Demonstração do Resultado do Exercício

TABELA 2: Demonstração de Resultado de Exercício.

Indicefor S.A. Demonstração do Resultado exercícios 2011 e 2010							
		31/12/2011	AV(%)	AH	31/12/2010	AV(%)	
Receita de bens e serviços		1.169.581	100	37,13	852.927	100	
Custo dos bens e serviços		-1.012.794	86,59	37,34	-737.461	86,46	
Resultado Bruto		156.787	13,41	35,79	115.466	13,54	
Receitas (despesas) Operacionais							
Gerais e administrativas		-112.284	9,60	24,48	-90.199	10,58	
Despesas financeiras excedente das Receitas		-22.262	1,90	76,29	-12.628	1,48	
		-134.546	11,50	30,85	-102.827	12,06	
			0,00			0	
Lucro antes dos impostos		22.241	1,90	75,97	12.639	1,48	
Imposto de renda e Contribuição social do exercício		-6.785	0,58	68,15	-4.035	0,47	
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-443	0,04	-130,07	1.473	0,17	
Resultado do Período		15.013	1,28	48,98	10.077	1,18	
Lucro por lote de mil ações		39,61			26,59		

Fonte: Diário Oficial, 2012.

3.3 Análise dos Índices de Liquidez

QUADRO 4: índices de Liquidez.

Fórmula	2010	2011
$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{225.497}{205.296} = 1,10$	$\frac{404.387}{406.540} = 0,99$
$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{225.497 - 77.036}{205.296} = 0,72$	$\frac{404.387 - 108.746}{406.540} = 0,73$
$LI = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{4.071}{205.296} = 0,02$	$\frac{17.733}{406.540} = 0,04$
$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$	$\frac{285.683}{205.296 + 21.304} = 1,26$	$\frac{507.101}{406.540 + 29.875} = 1,16$

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Os Índices de Liquidez da Indicefor S.A. tanto em longo prazo quanto a curto prazo, de modo geral apresentaram-se razoáveis. A Liquidez Corrente, considerando o período analisado tem tendência a diminuir, apresenta índices de 1,10 e 0,99 para os anos de 2010 e 2011 respectivamente, ou seja, para cada real de dívida à empresa dispõem de R\$ 1,10 em 2010 e R\$ 0,99 em 2011, podemos afirmar que a liquidez de curto prazo deve ser melhorada principalmente se consideramos o ano 2011, pois o adequado é que este índice apresente valores maiores que 1 (um).

Para a Liquidez Seca a empresa apresentou os seguintes resultados 0,72 e 0,73, para 2010 e 2011 respectivamente, desta forma a empresa não teria como pagar suas dívidas de curto prazo caso houvesse paralização nas vendas, porém não necessariamente seja algo ruim, pois existem empresas que por consequência do ramo que atuam necessitam de estoques elevados e outras não, logo as empresas com estoques maiores tem a probabilidade de apresentar índices de Liquidez Seca menores.

Uma Liquidez Seca baixa pode indicar que uma parte considerável dos recursos do ativo circulante está empregada em estoques. O índice de Liquidez Seca baixo também pode indicar políticas de créditos mais rígidas, o que diminui as vendas e aumentam os estoques, o que não é o caso da Indicefor S.A., pois esta aumentou tanto seu volume de vendas, quanto os valores da rubrica contas a receber. Desta forma assim como todos os índices, este deve ser

analisado em conjunto com os demais. Deve-se também levar em consideração o conceito de Índices-Padrão indicado no item 2.4.1.2.

Quanto a Liquidez Imediata, este indica a capacidade da empresa liquidar suas obrigações imediatamente, A empresa estuda apresentou: 0,04 e 0,03 para 2010 e 2011 respectivamente, pode-se considerar baixo, no entanto é um indicador sem muito realce, pois não consideram direitos a receber, e relaciona o Disponível a contas que vencerão em datas das mais variadas possíveis, servindo desta forma como um complemento para análise.

A Empresa em estudo apresentou Liquidez Geral de 1,26 em 2010 e 1,16 em 2011, o que é bom, pois a empresa tem para cada R\$ 1,00 em dívidas totais ou de longo prazo, R\$ 1,26 em 2010 e R\$ 1,16 em 2011 para quitar suas obrigações, significa dizer que embora tenha apresentado uma queda de um ano para outro, os recursos que a entidade dispõe para transformar em dinheiro, em curto prazo mais as de longo prazo, são maiores que suas dívidas de igual período.

3.4 Análise dos Índices de Endividamento

QUADRO 5: índice de endividamento.

Fórmula	2010	2011
$PCTsRT = \frac{PC + PNC}{PC + PNC + PL} * 100$	$\frac{205.296+21.304}{285.683} x 100 = 79 \%$	$\frac{406.540+29.875}{507.101} x 100 = 86\%$
$GCP = \frac{PL}{PC + PNC}$	$\frac{59.083}{205.296 + 21.304} = 0,26$	$\frac{70.686}{406.540 + 29.875} = 0,16$
$CE = \frac{PC}{PC + PNC} * 100$	$\frac{205.296}{205.296+21.304} x 100 = 91\%$	$\frac{406.540}{406.540+29.875} = 93\%$

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

Embora a Indicefor S.A. tenha apresentado um endividamento bastante alto e uma garantia sobre capital de terceiro relativamente pequeno, desfruta de uma boa qualidade nos investimentos, pois apesar da maior parte de seu endividamento ser à curto prazo, este financia seu ativo circulante.

Em 2010 e 2011 a empresa apresentou 79% e 86% respectivamente, de capital de terceiros em relação aos recursos totais. Significa que a empresa opera mais com recursos de terceiros do que com capital próprio. Como sabemos o Capital de terceiro é mais oneroso que o capital próprio, portanto é um indicador que deve ser interpretado da forma em que quanto maior pior, porém no caso da Indicefor S.A., o maior responsável pelo índice estar elevado, é

a conta fornecedores, que representa 38,8% e 55,4% do passivo da empresa em 2010 e 2011 respectivamente. Fornecedor, embora seja uma espécie de capital de terceiros, não é oneroso, pois não gera encargos financeiros. Portanto apesar dos índices que indicam o grau de endividamento estarem elevados, o que não é bom, seria impreciso afirmar que a empresa estivesse em uma situação ruim, pois a média⁷ da LG e LC da empresa dá condições de honrar seus compromissos. Reis (2009) afirma que uma empresa comercial com menor montante de ativo fixo e com o giro mais rápido pode, habitualmente, trabalhar com uma proporção de recursos de capital de terceiros maior. Veremos mais a frente, que a Indicefor S.A. apresenta bons indicadores de Giro.

A composição do endividamento da empresa que indica se a qualidade da dívida é boa ou ruim, nos mostra que a composição, a primeira vista, poderia ser interpretada como ruim, pois a maior parte de seu endividamento é de curto prazo. O ideal seria que fosse o inverso, desta forma permitiria a empresa ter mais tempo para gerar riqueza e pagar suas dívidas. Os números encontrados foram de 91% e 93% de endividamento em curto prazo para 2010 e 2011 respectivamente, no entanto a empresa financia com esse endividamento seu ativo circulante.

É importante ressaltar que as dívidas de curto prazo devem ser destinadas, preferencialmente, para financiar o ativo circulante, pois este irá gerar recursos a tempo de quitar suas dívidas, o mesmo ocorre com as dívidas de longo prazo, estas devem financiar o Ativo permanente, pois este levará mais tempo para gerar riqueza.

Quanto a Garantia de Capital próprio podemos afirmar que para cada R\$ 1,00 de recursos provenientes de terceiro a Indicefor S.A. tem R\$ 0,26 e R\$ 0,16 respectivamente em 2010 e 2011 para dar como garantia ao capital de terceiros.

⁷ $LG_m = \frac{1,26+1,16}{2} = 1,21$ $LC_m = \frac{1,10+0,99}{2} = 1,05$

3.5 Análise dos Índices de Atividade

QUADRO 6: Índices de atividade.

Fórmula	2010	2011
$PMRV = \frac{\text{Duplicatas a Receber} \times 360}{\text{Vendas Brutas}}$	$\frac{96.142 \times 360}{852.927} = 40,58$	$\frac{212.748 \times 360}{1.169.581} = 65,48$
$PMRE = \frac{\text{Estoque} \times 360}{\text{custo das vendas}}$	$\frac{77.036 \times 360}{737.461} = 37,61$	$\frac{108.746 \times 360}{1.012.794} = 38,65$
$PMPC = \frac{\text{Fornecedores} \times 360}{\text{Compras}}$	$\frac{110.918 \times 360}{857.701} = 46,56$	$\frac{280.952 \times 360}{1.201.201} = 84,20$

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O ciclo Operacional de 2010 (prazo médio que a empresa leva para renovar o estoque mais prazo médio de recebimento de vendas) da Indicifor S.A. não é o mais ideal, pois esta leva em média 78 dias para renovar o estoque e receber as vendas a prazo, em quanto leva média 46 dias para pagar suas compras (31 dias antes da entrada de dinheiro no caixa). Esta situação gera uma necessidade de capital de giro, que terá sua origem em recursos próprios ou em empréstimos, para assim poder honra com as obrigações.

No ciclo Operacional de 2011 da Indicifor S.A. é o seguinte, a empresa leva em média 104 dias para renovar o estoque e receber as vendas a prazo, em quanto tem que pagar as suas compras em média 84 dias (20 dias antes da entrada de dinheiro no caixa). Portanto apesar do ciclo operacional da empresa ter aumentado o ciclo financeiro da empresa diminuiu, de 31 dias em média para 20 dias (média de 35% de um para outro), o que é bom para empresa.

3.6 Análise dos Índices de Rentabilidade

QUADRO 7: Índices de Rentabilidade.

Fórmula	2010	2011
$TRI = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	$\frac{10.077}{285.683} = 0,04$	$\frac{15.013}{507.101} = 0,03$
$TRPL = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	$\frac{10.077}{59.083} = 0,17$	$\frac{15.013}{70.686} = 0,21$
$Giro\ do\ Ativo = \frac{\text{Vendas}}{\text{Ativo Total}}$	$\frac{852.927}{285.683} = 2,99$	$\frac{1.169.581}{507.101} = 2,31$
$Margem\ de\ Lucro = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas líquidas}}$	$\frac{10.077}{852.927} = 0,01$	$\frac{15.013}{1.169.581} = 0,01$

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A Taxa de Retorno sobre Investimento, que indica em quanto tempo em média a empresa leva para recuperar todo seu investimento no Ativo, apresentou em 2010 4% e 3% em 2011, é um resultado que pode ser considerado baixo, pois a empresa levaria cerca de 25 anos para recuperar seus investimentos, se considerados os números referentes a 2010, e 33 anos se considerando 2011⁸. Indica também que para cada real que a empresa investe em seu ativo, ha um ganho de R\$ 0,04 e R\$ 0,03 respectivamente.

Foram encontradas as seguintes Taxas de Retorno sobre o PL para o período analisado são: 17% e 21%, significa que para cada R\$ 1,00 que os proprietários investem na empresa, a um ganho de R\$ 0,17 e R\$ 0,21. Portanto o retorno dos investimentos efetuados pelos proprietários se daria em um prazo médio de 6 anos, se considerado os dados de 2010 e 5 anos se considerado o ano de 2011⁹.

Percebe-se que a lucratividade da empresa é baixa, para cada R\$ 1,00 de vendas há um lucro de apenas R\$ 0,01, permanecendo inalterado em ambos os períodos, contudo esta baixa lucratividade é compensada pelo bom índice do Giro do Ativo que nada mais é do que a eficiência que a empresa tem de utilizar seus ativos em gerar riqueza, ou seja, a empresa fatura mais na quantidade de vendas e não nos preços dos produtos propriamente. Em 2010 a

⁸ $Tempo\ Médio\ de\ Retorno = \frac{100\%}{TRI} \rightarrow \frac{100\%}{4\%} = 25anos \Rightarrow \frac{100\%}{3\%} = 33anos$

⁹ $Tempo\ Médio\ de\ Retorno = \frac{100\%}{TRPL} \rightarrow \frac{100\%}{17\%} = 6anos \Rightarrow \frac{100\%}{21\%} = 5anos$

empresa gerou em vendas praticamente três vezes seu Ativo, e em 2011 2,31 vezes, mostrando a boa eficiência da administração em gerir os recursos da empresa. Assim como o retorno dos investimentos por parte da Empresa (TRI) é baixo, são compensados pelo alto giro do Ativo e a taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL), o que é bom para os investidores.

Embora a Idicefor S.A. Apresentado índices de endividamento elevado e aparentemente de qualidade ruim, pois a maior parte é de curto prazo, não necessariamente significa que a empresa esteja em uma situação financeira desfavorável, pois as dívidas de curto prazo podem estar financiando o Ativo Circulante da empresa, e gerando riqueza em tempo de honrar seus compromissos, a liquidez de modo geral é boa, pois não havendo problemas com as vendas e recebimentos de direitos a empresa tem como pagar suas dívidas, tanto de curto como de longo prazo. Embora os índices de atividade possam ser melhorados, já que indicam ciclo financeiro, portanto necessidade de capital de giro, algo comum entre as empresas, basta que estas busquem meios de financiá-los com recursos menos onerosos possível, e buscar diminuir o ciclo financeiro a exemplo da empresa estudada. A eficiência que a entidade tem de gerir seus ativos é boa, e a TRPL favorável, o que a torna rentável para os Sócios.

3.7 Modelo de Previsão de Insolvência

Nesta seção iremos descobrir a posição de solvência ou insolvências da Idicefor S.A segundo os modelos de Kanitz e Modelo de Silva em relação ao período analisado.

3.7.1 Modelo de Kanitz

Depois de calculado as equações e efetuado a substituição das variáveis na fórmula, obtivemos os fatores de insolvência para o Modelo de Kanitz. Os resultados serão apresentados no quadro seguinte:

QUADRO 8: Modelo de Kanitz.

Modelo de Kanitz	2011	2010
FI = 0,05 RPL + 1,65 LG + 3,55 LS – 1,06 LC – 0,33 PCT	<u>1,418</u>	<u>2,226</u>
RPL = lucro líquido/patrimônio líquido;	0,21	0,17
LG = (ativo circulante + realizável a longo prazo) / exigível total;	1,16	1,26
LS = (ativo circulantes – estoques) / passivo circulantes;	0,73	0,72
LC = ativo circulante / passivo circulante;	0,99	1,10
PCT = exigível total / patrimônio líquido.	6,17	3,84

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Pelo Termômetro de Kanitz uma empresa pode ser considerada em situação de solvência, penumbra e insolvência.

- Fator de Insolvência entre 0 e 7 a empresa sem problemas financeiros – Solvente;
- Fator de Insolvência entre 0 e -3 a empresa está em situação financeira indefinida;
- Fator de Insolvência entre -3 e -7 a empresa enfrentando problemas financeiros – Insolvente.

Em 2010 e 2011, o Modelo de Kanitz indicou solvência, revelando fator de insolvência com resultado positivo, 2,23 e 1,42 respectivamente. Embora tenha havido uma queda considerável de um período para outro, aproximando-se da classificação de penumbra, segundo a escala criada pelo Professo Stephen C. Kanitz, a empresa estudada apresentou-se sem problemas financeiros, portanto Solvente.

3.7.2 Modelo de Silva

Para o Modelo de Silva foram efetuados os cálculos das variáveis, e substituídos na fórmula, os resultados encontrados são apresentados no quadro 9.

QUADRO 9: Modelo de Silva.

Modelo de silva	2011	2010
$E_5 = (\text{reservas} + \text{Lucros acumulados}) / \text{ativo total}$	0,077	0,096
$E_9 = (\text{variação do imobilizado}) / (\text{lucro líquido} + 0,1 \times \text{imobilizado médio} - \text{saldo CM} + \text{variação do ELP})$	0,004	0,109
$E_{11} = \text{disponível} / \text{ativo total}$	0,035	0,014
$E_{25} = \text{disponível} / \text{ativo permanente}$	0,373	0,112
$L_{17} = (\text{ativo circulante} - \text{disponível} - \text{passivo circulante} + \text{financiamentos} + \text{duplicatas descontadas}) / \text{vendas} =$	0,006	0,039
$L_{27} = \text{duplicatas a receber} \times 360 / \text{vendas}$	65,484	40,579
$R_{11} = (\text{ativo total médio} - \text{salário, tributos e correções média}) / \text{patrimônio líquido médio}$	6,454	4,806
$R_{13} = (\text{lucro operacional} + \text{despesas financeiras}) / (\text{ativos total médio} - \text{investimentos médios})$	0,112	0,088
$R_{23} = \text{lucro operacional} / \text{lucro bruto}$	0,142	0,109
$R_{28} = (\text{patrimônio líquido} / \text{capital de terceiros}) / \text{margem bruta} / \text{ciclo financeiro}$	0,241	0,609
$Z1 = 1,327 + 7,561 E_5 + 8,201 E_{11} - 8,546 L_{17} + 4,218 R_{13} + 1,982 R_{23} + 0,091 R_{28}$	2,917	2,477
$Z2 = 2,368 - 1,994 E_5 + 0,138 E_9 - 0,187 E_{25} - 0,025 L_{27} - 0,184 R_{11} + 8,059 R_{23}$	0,463	1,153
Onde: Z1c = escore discriminante para próximo ano		
Z2c = escore discriminante para os dois próximos anos		

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

No Modelo de Silva, as empresa são consideradas solventes se obtiverem para Z1e Z2 valores maiores que 0 (Zero), e serão insolventes se obtiverem valores inferiores a 0 (zero).

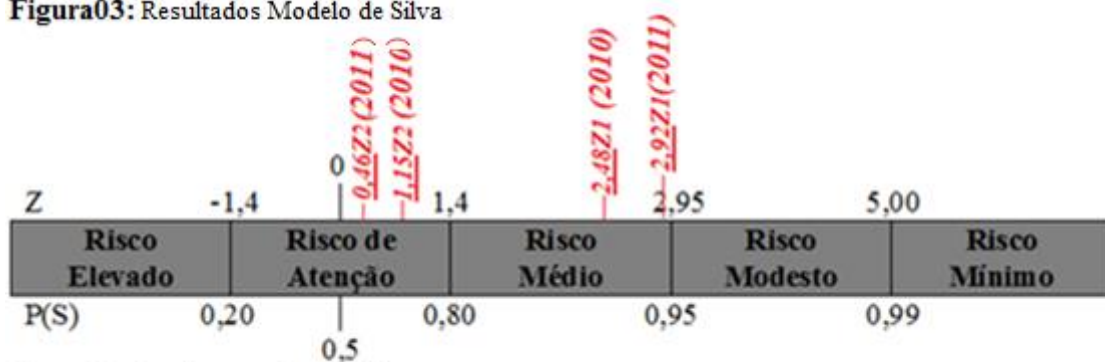
Analisando o primeiro período (2010) a empresa Indicefor S.A apresentou para Z1 igual a 2,48 e Z2 1,15, estes resultados indicam que para os próximos períodos (Z1) a empresa encontra-se solvente, estando em um risco médio, e probabilidade de solvência entre 80% e 95%. A previsão para os dois próximos períodos subsequentes (Z2), embora tenham diminuído, indica que a empresa permanecerá solvente em um risco de atenção e probabilidade de solvência entre 50% e 80%.

Em 2011 foram obtidos em Z1 2,92 e Z2 0,46, indicam que tomando como base o segundo período da análise a empresa tornou-se mais solvente para o próximo período (Z1),

com probabilidade de solvência entre 80% e 95% e risco médio, porém na previsão para os dois próximos anos (Z2), houve uma queda brusca na probabilidade de solvência que posicionando-se, novamente entre 50% e 80% solvência e risco de atenção.

Deste modo, para o Modelo de Silva podemos concluir que a Indicefor S.A indicou solvência, embora os indicadores tenham mostrado resultados bastante distintos entre Z1 e Z2 de cada período analisado, os resultados de Z1 (2010/2011) permaneceram na mesma classificação de Risco Médio, assim como os resultados encontrados para Z2(2010/2011) permaneceram na mesma classificação de Risco de Atenção. Sendo assim os gestores e analistas devem buscar as causa dos indicativos de riscos de atenção para Z2 que tem tendência a diminuir, com a finalidade de descobrir se a empresa poderá ter complicações futuras que evolvam sua capacidade de solvência e/ou continuidade.

Figura03: Resultados Modelo de Silva



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou abordar a Análise de Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, através do cálculo de índices econômicos e financeiros, bem como fazendo uso de ferramentas que buscam prever a capacidade de solvência das empresas, estas últimas ferramentas são conhecidas como Termômetro de Kanitz e Modelo de Silva.

Efetuaram-se cálculos tomando como exemplo prático as demonstrações da Indicefor S.A.(nome fictício), dos anos de 2010 e 2011, extraídas da internet, a fim de demonstrar a situação financeira e qual a situação de solvência ou insolvência que a entidade encontrava-se, e se o uso destas técnicas podem trazer benefícios para a tomada de decisão em uma empresa.

Quanto à problemática, na qual o trabalho se dispôs a responder a seguinte questão: Quais os benefícios da utilização da Análise do BP e DRE e Teste de Solvência para a tomada de decisão em uma empresa? conclui-se que tomando como base o referencial teórico foi possível verificar a importância da análise das peças contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Esta análise pode ser efetuada através do uso de várias técnicas específicas como: Análise Horizontal e vertical, Análise por Índices, Análise Discriminante e etc.

Verificou-se que fazendo uso das técnicas citadas acima a empresa terá como conhecer, sua situação econômica e financeira, tais como: capacidade de honrar seus compromissos, características de suas obrigações, grau de endividamento, prazos referentes aos pagamentos de compras e recebimentos de vendas, lucratividade da empresa, retorno dos investimentos por parte dos proprietários e da empresa. Questões que são de fundamental importância para atender a necessidade de controle e auxiliar na tomada de decisões mais precisas, quanto à alocação de recursos que viabilizem melhores alternativas de investimentos, bem como se antecipar a situações adversas futuras.

Através dos Modelos preditivos, Termômetro de Kanitz e Modelo de Silva, concluiu-se que estas ferramentas têm a capacidade de informar a solvência ou insolvência das empresas e sua probabilidade de solvência para até dois exercícios seguintes (Modelo de Silva). Com base nos resultados obtidos, ambos os modelos indicaram que a empresa encontra-se solvente.

Por serem ferramentas de valor preditivo, sua importância está em possibilitar informações que antecipe para o gestor situações que indiquem possível insolvência ou descontinuidade da empresa.

Quanto aos objetivos específicos, conhecer as informações econômicas e financeiras da empresa é fundamental para manter a continuidade da mesma. E este conhecimento se obtém através da análise das Demonstrações Contábeis, como mencionado anteriormente.

Foram calculados os Índices que indicam a situação econômica e financeira, fazendo-se uso de 17 fórmulas agrupadas entre índices de Liquidez, Endividamento, Atividade e Rentabilidade.

Verificou-se também que o uso das ferramentas estudadas proporcionam informações tempestivas para a tomada de decisão, pois com base no referencial teórico, as próprias demonstrações contábeis tem que atender os princípios e postulados contábeis, entre eles está o da relevância e tempestividade. Relevante, pois tem que ter valor preditivo e/ou confiável. Tempestivo, pois deve atender aos seus usuários com a rapidez necessária para que ele possa tomar decisão. Como as ferramentas estudadas têm valor preditivo, e o uso se dá como forma de análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisão, as informações obtidas também são relevantes e tempestivas.

Por fim conclui-se que os objetivos do trabalho foram atingidos, verificando a importância da análise do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício, sugere-se para a realização de estudos futuros pesquisar outras bibliografias a fim de encontrar outras ferramentas que possam ser utilizadas como instrumentos de apoio a decisão, tais como Balanced scorecard, Modelo Du pont e Análise das projeções da Demonstrações Contábeis, além da análise de um período mais longo e aplicação de um número maior de índices, a fim de oferecer uma visão mais detalhada e precisa da solvências das empresas e suas tendências.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/...>. Acesso em: 24 fev. 2014.

BRASIL. Lei n.6.404, de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 28 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/...>. Acesso em: 24 fev. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a NBC TG 1000: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Resolução n. 1.255, de 10 de dezembro de 2009. **Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, DF, 10 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.formulainfo.com.br/downloa...>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a ITG 2000: Escrituração Contábil. Resolução n. 1.330, de 18 de dezembro de 2011. **Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, DF, 18 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legisl...>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatórios Contábil-Financeira. Resolução n. 1.374, de 08 de dezembro de 2011. **Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, DF, 08 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.crcrn.org.br/admin/uploads...>>. Acesso em: 03 de fev. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Aprova a ITG 1000: Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Resolução n. 1.418, de 05 de dezembro de 2012. **Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, DF, 05 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.crc-ce.org.br/crcnovo/file...>>. Acesso em: 03 de fev. 2014.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Officer Distribuidora de produtos de informática S.A. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2...>>. Acesso em: 05 de jun. de 2013.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Officer Distribuidora de produtos de informática S.A. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3...>>. Acesso em: 05 de jun. de 2013.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanço**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

GUEDES, Enildo Marinho; et al. (org.) **Padrão UFAL de normatização**. Maceió: EDUFAL, 2012. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/arquivos/progr...>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

HENRIQUE, Marco Antônio. **A Importância da Contabilidade Gerencial Para Micro e Pequena Empresa**. Taubaté: Universidade de Taubaté, Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, 2008. 77 f. Monografia (Especialização em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria) - Disponível em <<http://www.livrosgratis.com.br/arquiv...>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. **Contabilidade introdutória**: equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KASSAI, José Roberto; KASSAI, Sílvia. **Desenvolvendo o termômetro de insolvência de Kanitz**. Enanpad, 1998. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/diversos/trab...>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

LOPES, Júlio Cesar de Almeida. **Análise de empresas inadimplentes**. Rio Grande do Sul, Curitiba, 2007 49 f. Monografia (Especialização em Gestão em Negócios Financeiros) – Universidade Federal do. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/ha...>>. Acesso em: 01 out. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MÁRIO, Pueri do carmo. **Contribuição ao estudo da solvência empresarial**: uma análise dos modelos de previsão - estudos exploratório aplicados em empresas mineiras. São Paulo, SP, 2002. 209 f. Dissertação (Mestrado em controladoria e contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, Departamento de Contabilidade e Atuária na faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponi...>>. Acesso em: 01 out. 2014.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**: Contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanço**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RAZA, Cláudio. **Informações contábeis**: o cliente não sabe pedir e o escritório contábil, na sua grande maioria, não está preparado para fornecer. Boletim CRC SP, São Paulo, n.166, p.16-17, maio 2008. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/p...>. Acesso em: 03 fev. 2014.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis**: estrutura e análise. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

REZENDE, Isabelle Carlos Campos; FARIAS, Thalita Xismy Tavares de; OLIVEIRA, Alan Santos de. Aplicação dos Métodos de Elizabetsky e Kanitz na Previsão de Falência: Um Estudo Descritivo das Melhores e Maiores Empresas por Setor Listadas na Revista Exame em 2010. In: Seminário UFPE em Contabilidade: O Desenvolvimento Econômico as Conquistas Sociais e o Conflito Distributivo, 5., 2011, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2011. Disponível em: <<http://www.controladoria.ufpe.br/news...>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **Análise de Balanços ao alcance de todos**. 8°. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

SEBRAE. **Pequenos negócios no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/indic...>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TEIXEIRA, Thaís Manoel. **O termômetro de kanitz versus análise de liquidez tradicional : um estudo de caso na empresa Roda Bem Comércio e Serviços Ltda**. Cariacica, ES, 2012. 54 f. Monografia – (Graduação em Ciências contábeis) - Faculdade de Cariacica, Cariacica, ES, 2012. Disponível em: <http://www.fucape.br/premio_excelenci...>. Acesso em: 03 de fev. de 2014.

UENO, Rodrigo Bergame; NOVA, Silvia Pereira De Castro Casa. Um estudo sobre a percepção do micro e pequeno empresário sobre a importância da contabilidade no processo de tomada de decisão. São Paulo. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/9sem...>>. Acesso em: 03 fev. 2014.